



**OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES**
Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia



**FÓRUM NACIONAL DE
REFORMA URBANA**

*Observatório das Metrópoles, em parceria com o Fórum Nacional de Reforma Urbana,
apresenta*

AS METRÓPOLES E A COVID-19: DOSSIÊ NACIONAL

A PANDEMIA DE COVID-19 NO RIO GRANDE DO SUL E NA METRÓPOLE DE PORTO ALEGRE

Paulo Roberto Rodrigues Soares
André Coutinho Augustin
Heleniza Ávila Campos
Judite Sanson de Bem
Lucimar Fátima Siqueira
Mário Leal Lahorgue
Moisés Waismann
Pedro Azeredo de Ugalde
Vanessa Marx

Porto Alegre
Julho de 2020



INTRODUÇÃO

O Rio Grande do Sul, desde o início da pandemia declarada no Brasil em março de 2020 vinha se mantendo entre os estados da federação com os menores indicadores de infectados. Esta situação gradativamente vem se alterando, sobretudo, em função da expansão do número de infectados e mortes a partir do mês de maio. Esta realidade vem ao encontro de uma interiorização da doença, sobretudo para cidades médias cuja capacidade de reação ainda não possibilitou uma reversão do problema de saúde pública.

O objetivo deste artigo é apresentar um panorama e uma análise crítica da situação da pandemia da COVID-19 no Rio Grande do Sul (RS), especialmente com relação ao seu processo de expansão territorial e sua territorialização nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas do estado, com especial atenção à Porto Alegre e sua Região Metropolitana (RMPA).

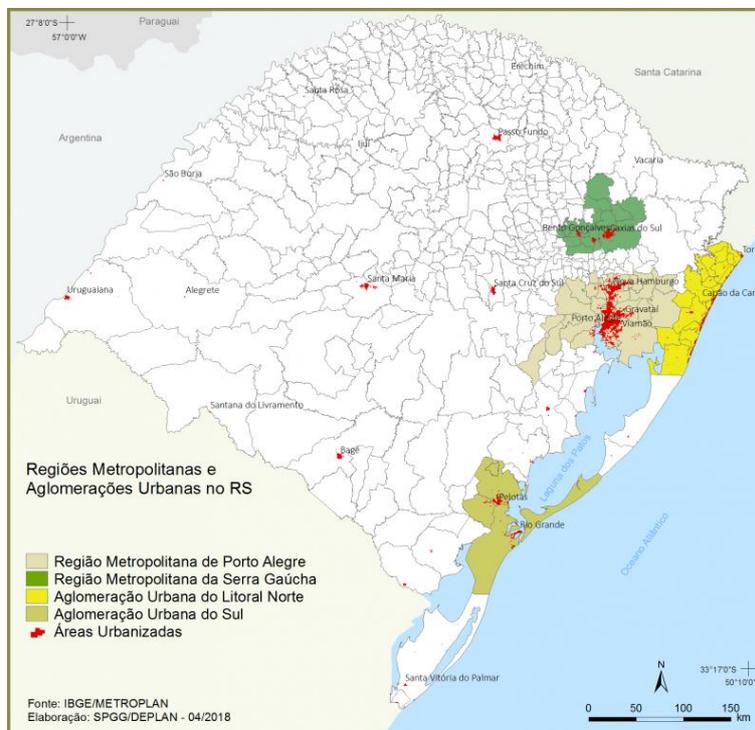
Neste sentido, cabe, inicialmente, um esclarecimento. O RS possui atualmente, institucionalizadas, duas regiões metropolitanas: a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), com cerca de 4,3 milhões de habitantes e 34 municípios e a Região Metropolitana da Serra Gaúcha (RMSG), com 820 mil habitantes e 14 municípios (figura 1). Além destas o estado conta com duas aglomerações urbanas institucionalizadas, a Aglomeração Urbana do Sul (AUSUL - 5 municípios e 605 mil habitantes) e a Aglomeração Urbana do Litoral Norte (AULN, 20 municípios e 340 mil habitantes)¹. Em nossa análise territorial acrescentamos ainda outras três aglomerações urbanas, não institucionalizadas, mas consideradas como concentrações urbanas relevantes em diversos estudos, além de serem regiões importantes para a análise da Covid-19 no território gaúcho, dada a concentração de casos. Referimo-nos às aglomerações de Santa Cruz do Sul-Venâncio Aires-Vera Cruz, Lajeado-Estrela e Passo Fundo-Marau.

Nossa contribuição a este dossiê terá quatro partes. Primeiro fazemos uma análise das políticas estaduais de combate à pandemia, especialmente do “modelo de regionalização do distanciamento controlado”. Segundo, abordaremos uma geografia da pandemia no Rio Grande do Sul, tanto no geral do estado como na Região Metropolitana de Porto Alegre. Posteriormente discutiremos os casos de Porto Alegre, tanto da distribuição de casos, como das políticas de combate à pandemia na capital. Finalizamos com a apresentação de estudos de casos nas comunidades e territórios de Porto Alegre, nas quais pesquisadores vinculados ao Núcleo Porto Alegre do Observatório das Metrôpoles tem atuação e com uma análise da Covid-19 nas periferias e a retomada da cultura associativa

¹ Dados de população segundo a estimativa do IBGE para 2019.

como forma de resistência à necropolítica imposta nesta grande crise sanitária, econômica e política que estamos vivendo.

Figura 1- RS: regiões metropolitanas e aglomerações urbanas oficiais



Fonte: Seplag. Atlas Socioeconômico do RS, 2020.

1. AS POLÍTICAS ESTADUAIS DE COMBATE À PANDEMIA NO RS

O primeiro caso de Covid-19 no Rio Grande do Sul foi confirmado em 10 de março. Tratava-se de um morador de Campo Bom, na Região Metropolitana de Porto Alegre, que havia voltado em 23 de fevereiro de uma viagem à Itália². Apenas dois dias depois, o governo do Estado publicou o primeiro³ dos muitos decretos sobre o tema⁴, com algumas medidas de prevenção nos órgãos públicos, como o cancelamento de eventos e a instituição do teletrabalho para servidores que tivessem tido contato com casos suspeitos ou confirmados ou que voltassem de viagens para locais onde havia transmissão comunitária do vírus. Um decreto do dia 16 de março⁵ ampliou o teletrabalho para todos os servidores em que ele fosse possível⁶. No dia 19 de março foi criado o Gabinete de Crise, formado pelo governador e alguns secretários de Estado, e um Conselho de Crise, para o qual foram

² <https://saude.rs.gov.br/confirmado-o-primeiro-caso-de-novo-coronavirus-no-rio-grande-do-sul>

³ Decreto Estadual n° 55.115, de 12 de março de 2020.

⁴ Até o dia 16 de julho eram 35 decretos relacionados à pandemia, todos disponíveis em: <https://coronavirus.rs.gov.br/decretos-estaduais>

⁵ Decreto Estadual n° 55.118, de 16 de março de 2020

⁶ Servidores da saúde e da segurança não estavam incluídos.

convidados representantes da sociedade civil, principalmente de entidades empresariais. O gabinete de crise é organizado em quatro eixos estratégicos: saúde, econômico social e segurança (Figura 2).

Figura 2: Eixos estratégicos do Gabinete da Crise – RS.



Fonte: Rio Grande do Sul (2020). Estratégia COVID-19 - Apresentação. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/apresentacao-estrategia-covid-19>. Acesso em: 14/06/2020.

O eixo de Saúde concentra investimentos e informações que dizem respeito ao atendimento aos casos de coronavírus no Estado e pesquisas sobre o avanço da doença. O Econômico diz respeito às estratégias de redução de impacto da pandemia sobre a economia do estado, definindo projeções e ajustes de fluxos de caixa e de orçamento do Estado. O eixo Social engloba as principais medidas que promovem assistência direta às populações mais vulneráveis, como famílias de baixa renda, moradores de rua, jovens em acolhimento e idosos. Além disso, esse eixo também contempla os serviços mais importantes disponibilizados pelo Estado, que concentra esforços na ampliação dos serviços digitais. Por fim, o eixo de Segurança abrange as ações estratégicas da Secretaria da Segurança Pública (SSP) e da Secretaria de Administração Penitenciária (Seapen) consideradas essenciais para a efetivação das políticas públicas de combate à Covid-19 e para a segurança pública no Rio Grande do Sul.

O Gabinete de Crise possui oito comitês, formados por especialistas do próprio governo e da sociedade. São eles: de Comunicação, de Logística e Abastecimento, Econômico, de Políticas Sociais e Educação, de Segurança Pública e Sistema Prisional, de Dados, Científico e o Centro de Operações de Emergências da Saúde.

No mesmo dia em que foi criado o Gabinete de Crise, foi decretado estado de calamidade pública no RS⁷. Essa medida trouxe várias restrições, incluindo:

- a) Proibição de eventos e reuniões, de caráter público ou privado, com mais de 30 pessoas;
- b) Limite de passageiros no transporte coletivo municipal (apenas passageiros sentados) e intermunicipal (metade das poltronas disponíveis);
- c) Fechamento dos *shopping centers* e outras restrições ao comércio.

O decreto de calamidade pública sofreu diversas alterações. Num primeiro momento, essas mudanças foram no sentido de aumentar o distanciamento social. Uma das principais medidas foi o fechamento do comércio e dos serviços a partir do dia 1º de abril⁸, com exceção de alguns serviços considerados essenciais. É importante ressaltar que o governo gaúcho agiu rápido, tomando medidas necessárias antes que o número de casos confirmados crescesse muito.

No entanto, o número real de pessoas infectadas já era bem maior do que os confirmados. Além da conhecida subnotificação por falta de testes, mesmos os casos que são confirmados entram nas estatísticas com atraso. A figura 3 mostra o número de novos casos a cada dia, de acordo com a data de início dos sintomas (excluindo os casos assintomáticos⁹). A data de início de sintomas é mais próxima de quando realmente ocorreu o contágio do que as datas de confirmação ou notificação, que são usadas na maioria das análises.

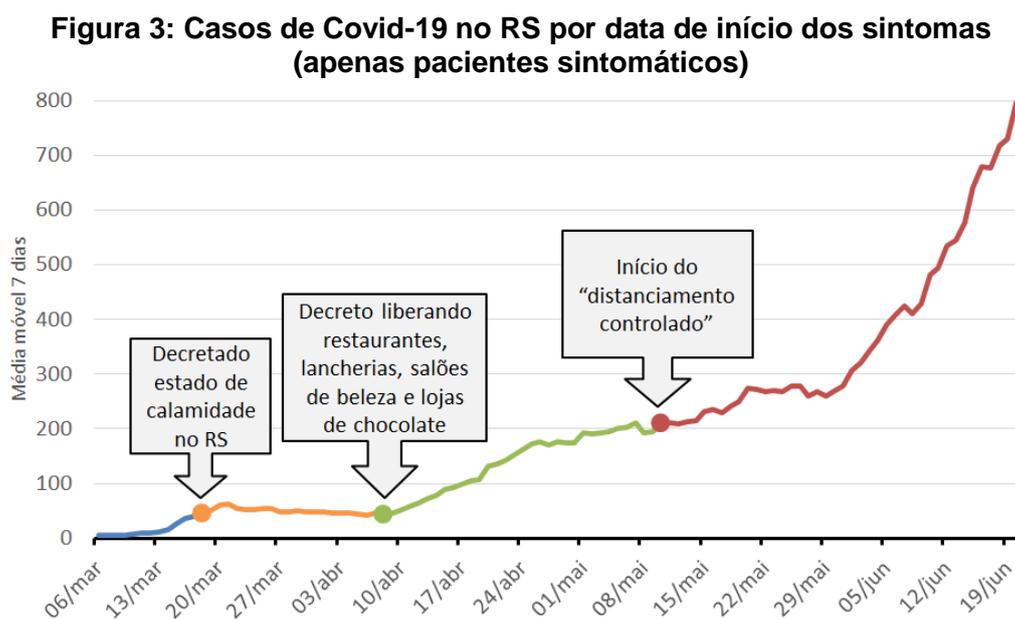
Esse é um dado divulgado pela Secretaria Estadual da Saúde, mas entre o paciente ter os primeiros sintomas, procurar atendimento médico, realizar o teste, sair o resultado e entrar no sistema leva vários dias (e, em alguns casos, até meses). Portanto, em março não era possível ter uma noção clara da situação como temos agora. No dia 19 de março, quando foi decretado o estado de calamidade, havia apenas 31 casos confirmados. No entanto, de todos os confirmados que temos hoje, mais de 400 já estavam sentindo os sintomas naquela data. Poucos dias após o decreto, o número de infectados parou de crescer e teve até uma pequena queda. A figura 3 mostra que a transmissão do vírus só voltou a crescer a partir das medidas de abertura que serão explicadas a seguir.

⁷ Decreto Estadual nº 55.128, de 19 de março de 2020

⁸ Decreto Estadual nº 55.154, de 1º de abril de 2020

⁹ Os dados da Secretaria Estadual da Saúde mostram a data de início dos sintomas para todos os pacientes que testaram positivo, mesmo aqueles assintomáticos, o que é um problema. Não dá para excluir automaticamente os assintomáticos porque eles reunidos com a categoria “outros sintomas”. Como na maioria das vezes os assintomáticos são descobertos com testes rápidos e são lançados no sistema com a data de início dos sintomas igual à data de realização do teste, foram considerados assintomáticos os casos que atendam a três condições simultaneamente: 1) foram diagnosticados por teste rápido; 2) possuem data de início de sintomas igual à data de confirmação; 3) não tem registro de febre, tosse, dor de garganta ou dispneia.

Outra forma de medir a efetividade das medidas é através do índice de isolamento social calculado a partir da localização dos telefones celulares. De acordo com o índice divulgado pela empresa Inloco¹⁰, no dia 17 de março, quando entrou em vigor o teletrabalho para os servidores estaduais, o Rio Grande do Sul era o 16º estado com maior isolamento social, com apenas 32% da população isolada. No dia 21 de março, dois dias após decretado o estado de calamidade, já era o 2º, se mantendo entre os três primeiros lugares até a primeira semana de abril.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Secretaria Estadual da Saúde – Painel Coronavírus RS – Dados extraídos em 16 jul 2020.

Embora essas medidas iniciais tenham conquistado o objetivo de reduzir a gravidade da pandemia no RS, aos poucos elas foram sendo abandonadas. No dia 8 de abril, na semana da Páscoa, foi autorizada a reabertura de bares, restaurantes, salões de beleza e lojas de chocolate¹¹. Esse decreto marca o início da nova tendência da pandemia no RS, com números crescentes desde então. Uma semana depois houve a permissão para que as prefeituras criassem regras próprias para reabrir o comércio, com exceção dos municípios das regiões metropolitanas de Porto Alegre e da Serra Gaúcha¹². Essa nova regra durou apenas um dia, pois após a reclamação de empresários e prefeitos, a Região Metropolitana da Serra Gaúcha também teve o funcionamento do comércio autorizado.

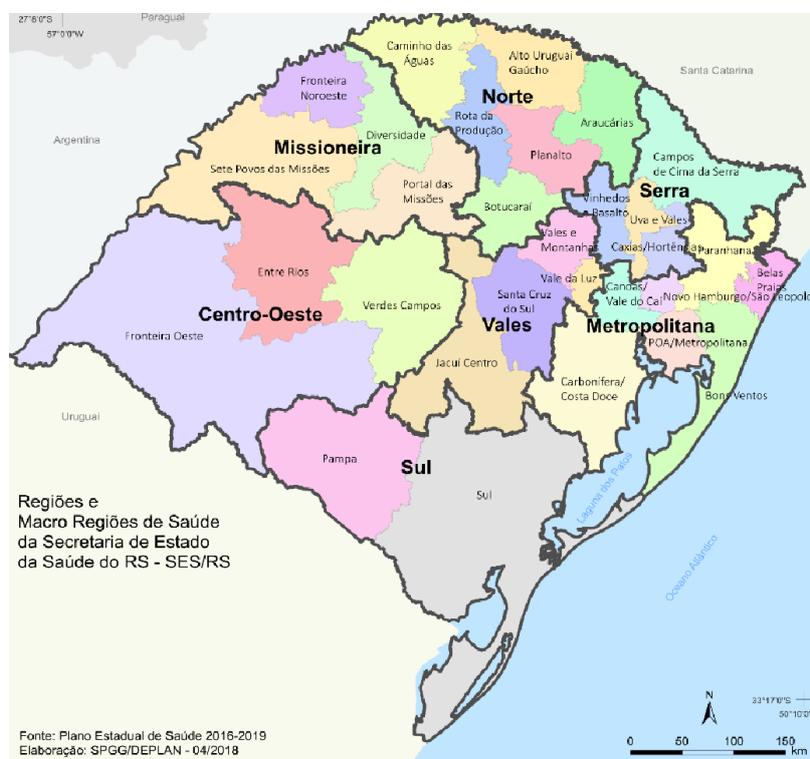
¹⁰ <https://public.tableau.com/profile/inloco.tableau#!/vizhome/MKTScoredeisolamentosocial/VisoGeral>

¹¹ Decreto Estadual nº 55.177, de 8 de abril de 2020

¹² Decreto Estadual nº 55.184, de 15 de abril de 2020

Em 11 maio entrou em vigor o modelo de “distanciamento controlado” (Figura 4), que dividiu o estado em 20 regiões (uma agregação das 30 regiões de saúde) e cada uma delas passou a ser classificada por bandeiras de risco. A partir de diversos indicadores como número de pacientes internados por Covid-19, leitos de UTI disponíveis e números de óbitos, cada região é identificada semanalmente com uma bandeira referente ao grau de risco em saúde nas cores amarela (risco baixo), laranja (médio), vermelha (alto) ou preta (altíssimo). De acordo com a bandeira em vigor, há uma lista de atividades econômicas que podem funcionar, além de diversos protocolos com regras de funcionamento para cada setor.

Figura 4 – RS: Regiões do Modelo de Regionalização do Distanciamento Controlado



Fonte: SES-RS (2020). Estratégia COVID-19 - Apresentação. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/apresentacao-estrategia-covid-19>. Acesso em: 14/06/2020.

O modelo de distanciamento controlado inovou ao criar um acompanhamento regional do risco, mas também recebeu críticas. A mais forte delas veio do Conselho Estadual de Saúde (CES), instância colegiada do SUS que, de acordo com a legislação, tem funções deliberativas, normativas e fiscalizadoras sobre a política estadual de saúde. Apesar de ser legalmente o espaço oficial de discussão entre o governo e a sociedade para temas relacionados à saúde, o CES não foi consultado sobre o modelo de distanciamento controlado nem sobre outras medidas de prevenção à pandemia. Em nota oficial, o conselho

classificou o modelo como um ato "ilegal e temerário" e criticou os setores empresariais por forçarem o retorno das atividades dos setores não essenciais¹³.

A Sociedade Riograndense de Infectologia criticou uma mudança no modelo¹⁴ que retirou o número de casos confirmados do cálculo das bandeiras, sendo considerados desde então apenas os pacientes internados. Já segundo um estudo do Departamento de Matemática da Universidade Federal do Rio Grande do Sul¹⁵, os critérios adotados dificultam de forma excessiva a ocorrência de bandeiras vermelhas ou pretas (as que geram maiores restrições). Isso fica claro quando percebemos que, mesmo com o aumento no número de casos, até a quinta semana do distanciamento controlado, havia ocorrido apenas um caso de bandeira vermelha e nenhuma preta entre as 100 bandeiras divulgadas.

O modelo, apresentado como sendo algo técnico, se mostrou cada vez mais suscetível a pressões políticas e econômicas. Em junho, esse problema parecia estar sendo reduzido quando o governo anunciou mudanças no ponto de corte entre as bandeiras, facilitando a adoção da bandeira vermelha. Na primeira classificação divulgada com os novos critérios, quatro regiões passaram para bandeira vermelha. Isso gerou uma forte reação política de empresários e prefeitos, fazendo com que o governador voltasse atrás e reclassificasse duas das regiões para bandeira laranja¹⁶. Alguns dias depois as regras foram mudadas novamente. Além de alterações nos cálculos, agora as prefeituras têm um período de recurso entre as bandeiras serem anunciadas e entrarem em vigor.

No dia 20 de junho a inclusão de novas regiões na bandeira vermelha gerou ameaças de "desobediência ao governador" por parte de prefeitos, que se negaram a formular decretos municipais adaptando as suas atividades econômicas às determinações das bandeiras. Esta "revolta" do poder municipal atingiu especialmente as prefeituras da região "fronteira oeste" do estado (com Uruguaiana como cidade principal) e a Região metropolitana da Serra Gaúcha, com reclamações dos prefeitos de municípios considerados com poucos casos da pandemia. Após a pressão geral dos prefeitos envolvidos, os quais representam as forças econômicas locais (associações comerciais e industriais, sindicatos patronais da indústria, comércio e agricultura), as bandeiras foram alteradas, tal como podemos observar na figura 5.

¹³ <https://www.brasildefatores.com.br/2020/05/28/distanciamento-controlado-proposto-por-eduardo-leite-traz-riscos-acusa-conselho>

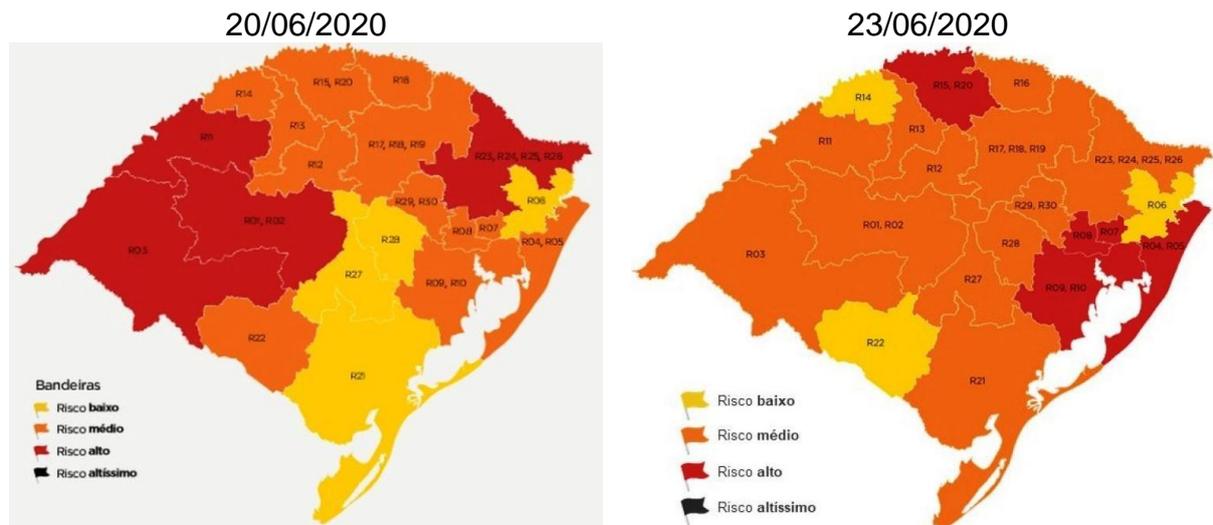
¹⁴ <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/sociedade-de-infectologia-do-rs-questiona-crit%C3%A9rios-usados-no-distanciamento-controlado-1.430866>

¹⁵ <https://gauchazh.clicrbs.com.br/saude/noticia/2020/06/criterios-do-distanciamento-controlado-dificultam-bandeiras-vermelha-e-preta-no-rs-diz-estudo-de-matematico-da-ufrgs-ckazqj7bh00bz015nsm135ix9.html>

¹⁶ <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/coronavirus/2020/06/prefeitos-pressionam-governo-reve-dados-e-regioes-de-santa-maria-e-santo-angelo-voltam-para-bandeira-laranja/>

Nota-se aqui a fragilidade de duas regionalizações propostas pelo Estado: a do distanciamento controlado e a da região metropolitana. Percebemos que o modelo de regionalização do distanciamento é aceito pela sociedade e pelas forças econômicas e políticas quando a sua região enquadra-se nas bandeiras amarela e (com algumas ressalvas) laranja. Entretanto, quando se trata da bandeira vermelha, surgem as críticas ao modelo e à regionalização.

Figura 5: RS – Mudanças das bandeiras vermelhas em 20/06 e 23/06/20



Fonte: SES-RS. 23/06/2020.

2. A DIFUSÃO DA PANDEMIA DO COVID-19 NO RIO GRANDE DO SUL

Em todo o mundo, a rede urbana e seus fluxos, que integram desde as “cidades globais”, metrópoles, cidades médias e cidades pequenas, têm sido o vetor da disseminação do coronavírus. De acordo com os estudos da Geografia da Saúde, as epidemias têm dois padrões mais frequentes de difusão pelo território: primeiro pela hierarquia urbana, dos grandes para os pequenos centros, segundo pelo “contágio espacial”, com a enfermidade se estendendo como uma mancha de óleo a partir dos epicentros regionais e “recheando o mapa” à medida que se infiltra pelas áreas rurais.

No caso do Rio Grande do Sul, observamos que a difusão do coronavírus seguiu essa lógica, apresentando um ponto de partida metropolitano na capital, Porto Alegre e na região industrial do Vale do Sinos (indústria calçadista), onde ocorreram os primeiros casos. Posteriormente, a doença foi se disseminando pelas principais concentrações urbanas do estado, como as aglomerações urbano-industriais da Serra Gaúcha e do Vale do Taquari, a Aglomeração Urbana do Litoral Norte e as principais cidades médias do interior. Todas como pontos iniciais de difusão do vírus no RS.

Cada uma destas aglomerações possui suas características, mas inicialmente as condições socioeconômicas foram determinantes, seja pelas relações econômicas com o exterior, seja pela presença de grandes concentrações de indústrias intensivas em mão-de-obra como é o caso dos frigoríficos. Estes têm sido os responsáveis pela presença da Covid-19 em cidades importantes como Passo Fundo e Lajeado como veremos adiante.

Nos dias que se sucederam após o primeiro caso confirmado no estado foi possível observar uma tendência: a presença do vírus nos municípios adjacentes à rodovia BR-116, no setor entre Porto Alegre e Caxias do Sul. Entendemos assim que a rodovia em questão, que se constitui no principal eixo urbano-industrial metropolitano, pode ter funcionado como uma importante via de disseminação do vírus para o norte da RMPA e também para a Serra Gaúcha. Quanto à distribuição dos casos da Covid-19 no espaço e no tempo do estado temos o seguinte quadro (tabela 1):

Tabela 1 - Casos em Porto Alegre e RMPA com relação ao estado (%)

	02/04	15/04	30/04	15/05	30/06
Porto Alegre	60	40	31,5	16,1	9,6
RMPA (- POA)	13	20	16,5	14,2	19,3
RMPA/RS	73	60	48	30,3	28,9

Fonte: SES-RS. Nas datas indicadas.

No dia 2 de abril, a capital concentrava 60% e a Região Metropolitana (RMPA) 73% dos casos de Covid-19 no Estado. No dia 15 de abril, esses números representavam 40% para Porto Alegre e 60% para a RMPA, respectivamente. Em 30 de abril o estado contava com 1420 casos, sendo 447 em Porto Alegre (31,5%) e outros 234 (16,5%) em 26 municípios da RMPA, totalizando 681 casos (48%), sendo que a região concentra 38% da população estadual.

Evidentemente, à medida que a pandemia se difunde por mais municípios, a proporção de casos tende a se aproximar da participação de cada um na população total. Neste sentido, observando a tabela 1, no dia 20 de junho, conforme dados do governo estadual Porto Alegre concentrava apenas 8,7% dos casos no RS e a RMPA 24,8% dos casos. Por outro lado, o interior do estado que quase não apresentava casos no início da pandemia, no final do mês de junho (tendo como data de referência dia 30/06/2020) concentra o maior número de casos (71,1%), espalhados por outros 337 dos demais 462 municípios do estado.

No interior, destacam-se as maiores concentrações urbanas, aglomerações urbanas e outras concentrações importantes no entorno de cidades médias. No caso da Região Metropolitana da Serra Gaúcha, com importante parque industrial, destacam-se os

municípios de Bento Gonçalves, Garibaldi e Carlos Barbosa, embora Caxias do Sul também tenha número expressivos.

Ainda no interior do Estado, sobressaem-se Lajeado e Passo Fundo e seus respectivos entornos, com municípios de elevada concentração dos ramos da agroindústria de processamento de proteína intensiva (frigoríficos) em força de trabalho (Tabela 2). Esta se destaca também pela mobilidade pendular diária de parte dos trabalhadores, mais um fator de difusão do coronavírus por pequenos municípios adjacentes. A tabela 2 apresenta os casos nas principais aglomerações urbanas do estado, nas duas regiões metropolitanas institucionalizadas, nas duas aglomerações urbanas institucionalizadas e nas aglomerações não-oficiais de “Lajeado-Estrela”, “Passo Fundo-Marau” e “Santa Cruz do Sul - Vera Cruz - Venâncio Aires”. Nota-se pelo quadro que as aglomerações da Serra, Lajeado e Passo Fundo concentram mais casos que a sua participação na população do estado.

Tabela 2 - Casos Covid-19 - RS em 30 /04/2020 e 30/06/2020

Município/ Região	Casos 30/04	% dos casos	Casos 30/06	% dos casos	% da população
Porto Alegre	447	31,5	2589	9,6	13,04
RMPA - POA	234	16,5	5191	19,3	25,11
RMSG	110	7,7	3683	13,7	7,47
AUSul	25	1,8	481	1,8	5,35
AULN	31	2,2	658	2,4	2,95
Lajeado-Estrela	108	7,6	2121	7,9	1,39
SC-VA-VC	16	1,1	421	1,6	2,01
PF-Marau	200	14,1	2418	9,0	2,17
Total aglomerações	1171	82,5	17562	65,2	59,49
Total RS	1420	100	26941	100	100

Fonte: SES-RS. Nas datas indicadas.

As figuras 6 e 7 a seguir representam estas concentrações de casos nas respectivas datas:

Figura 6: RS – Casos do Covid em 30/04/2020

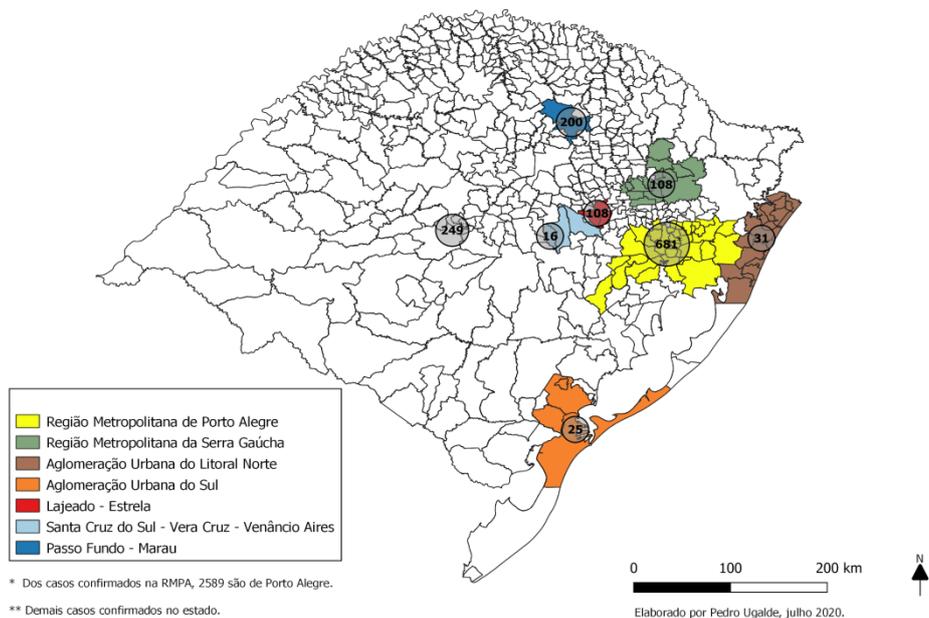
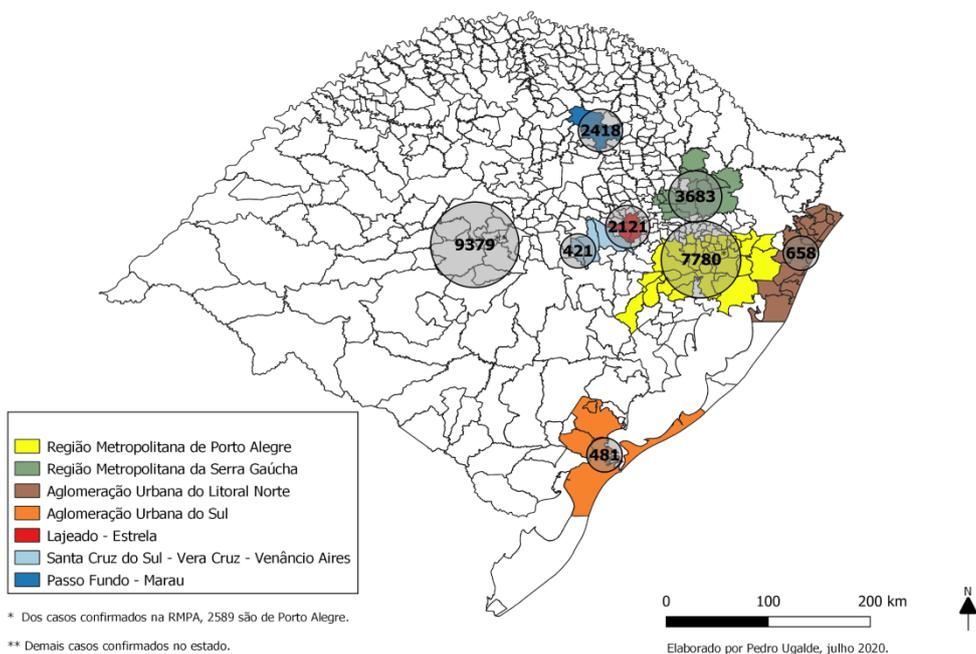


Figura 7: RS – casos de Covid-19 em 30/06/2020



Fonte: SES-RS. Nas datas indicadas. Elaboração: Pedro Ugalde, 2020.

3. A COVID-19 NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE

Na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) a pandemia de Covid-19 apresenta um desenvolvimento desigual, o que nos leva a realizar uma análise de acordo com as diferentes sub-regiões (quadro 3 e figura 8).

Estas foram delimitadas pelo Observatório das Metrôpoles em 2015, representando as diferenças socioeconômicas internas da RMPA. Assim, temos quatro áreas distintas na RMPA, iniciando por **Porto Alegre**, como o núcleo metropolitano, a **RMPA-POA** formada pelos municípios mais relacionados com a capital, com intensa mobilidade pendular cotidiana, quase todos eles formando parte da RMPA original; a **RMPA-Vale** formada pelos municípios do Vale do Sinos, com forte influência da indústria coureiro-calçadista e polarizada pelas cidades de Novo Hamburgo e São Leopoldo e ainda a **RMPA-entorno**, com municípios mais recentemente incorporados à RMPA, com menores ligações cotidianas com o núcleo metropolitano e com perfil menos urbano que os demais.

Tal como no estado, no início da pandemia a incidência era maior no núcleo metropolitano (Porto Alegre), que concentrava quase dois terços dos casos no mês de abril. No final do mês de junho esta proporção caiu para um terço dos casos, mais próxima da relação da população metropolitana no conjunto da região (tabela 3).

Tabela 3 - RMPA: casos de covid-19 de acordo por sub-regiões

	Casos 30/04	% casos	Casos 30/06	% casos	Pop. da RMPA %
Porto Alegre	447	65,6	2589	33,3	34,2
RMPA-Poa	125	18,4	2601	33,4	38,1
RMPA-Vale	95	14,0	2172	27,9	19,8
RMPA-Entorno	14	2,0	418	5,4	7,9
Total	681	100	4753	100	100

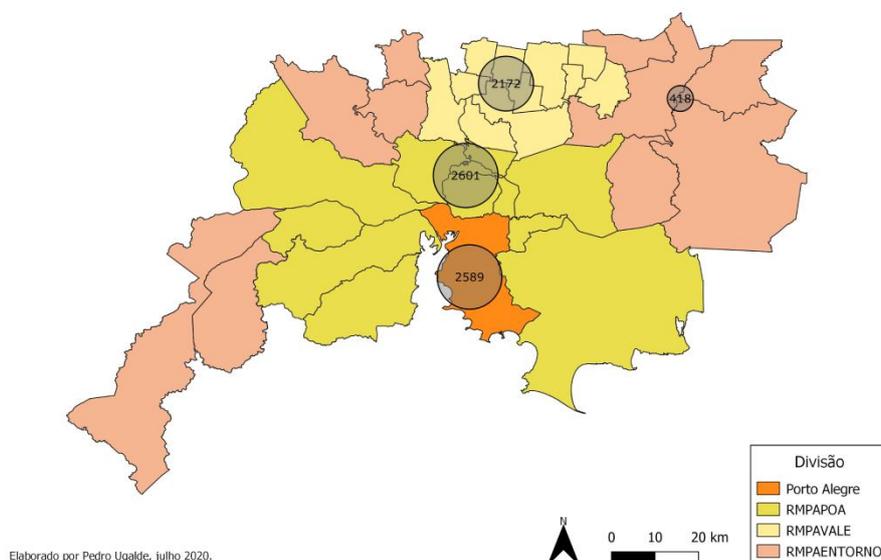
Fonte. SES-RS. Dados das datas indicadas. Organização: Soares e Ugalde (2020)

Quanto à presença de casos por sub-regiões (figura 8) temos uma maior incidência em Porto Alegre e na RMPA-Vale. Porto Alegre, como capital e como concentradora dos primeiros casos. A RMPA-Vale apresentou alguns dos primeiros casos do covid-19 no estado (Campo Bom) e a presença da indústria coureiro-calçadista e suas ligações comerciais com a China podem explicar esta incidência inicial. Posteriormente a própria organização do trabalho nas fábricas, a proximidade dos trabalhadores e trabalhadoras na linha de produção, pode ter sido um fator de transmissão do vírus.

A RMPA-POA vem apresentando número de casos inferior à sua participação na população metropolitana, embora com significativo aumento desde abril. Esta sub-região

apresenta maioria dos trabalhadores no setor terciário e muitos do terciário inferior, os quais foram afetados logo no início das políticas de distanciamento, com o fechamento do comércio e dos serviços. No entanto, com a progressiva liberação destas atividades são os trabalhadores com maior circulação, especialmente no transporte público, percebendo-se, portanto o crescimento desta participação no número de casos. Na RMPA-Entorno, os casos são mais baixos, por serem em sua maioria municípios menos integrados ao núcleo metropolitano, entretanto o perfil heterogêneo desta sub-região merece uma análise mais detalhada nos números por município.

Figura 8 - RMPA – casos de covid-19 por sub-região em 30/06/2020.



Fonte. SES-RS. Dados das datas indicadas. Elaborado por Ugalde (2020)

Neste sentido, um dado importante é o número de casos por 100 mil habitantes (tabela 4). Na RMPA temos diferentes incidências na população, variando de mais de 350 casos por 100 mil habitantes (São Leopoldo), até menos de 25 casos, como é o caso de Capela de Santana e Igrejinha, estes dois últimos municípios mais distantes da capital. Todavia, em 26 dos 34 municípios temos taxas de incidência acima de 100 casos por 100 mil habitantes. Assim, com relação à taxa de incidência por 100 mil habitantes temos o seguinte quadro por municípios na Região Metropolitana de Porto Alegre:

Tabela 4 - Municípios da RMPA. Casos de covid-19 por 100 mil habitantes

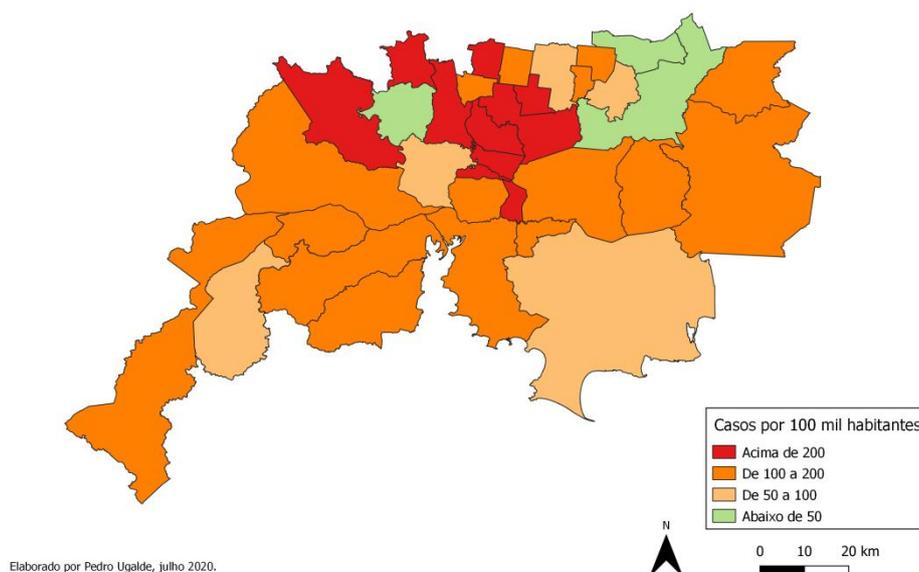
Município	Casos por 100mil/hab	Município	Casos por 100mil/hab
São Leopoldo	352,1	Estância Velha	147,9
Novo Hamburgo	297,5	Araricá	140,4
São Sebastião do Caí	295,9	Glorinha	135,8

Campo Bom	284,8	Eldorado do Sul	135,6
Cachoeirinha	257,1	Sto. Antonio. da Patrulha	135,2
Montenegro	252,8	Gravataí	129,7
Ivoti	247,0	Dois Irmãos	116,3
Esteio	228,4	Rolante	107,7
Portão	218,5	Guaíba	104,9
Sapucaia do Sul	212,7	Arroio dos Ratos	98,9
Triunfo	196,4	Sapiranga	93,0
Charqueadas	179,0	Parobé	77,2
Alvorada	177,8	Viamão	68,2
Porto Alegre	174,5	Nova Santa Rita	54,6
Canoas	160,7	Taquara	40,0
São Jerônimo	148,5	Capela de Santana	25,1
Nova Hartz	148,0	Igrejinha	24,4

fonte: SES-RS. Em 30/06/2020. Org.: Soares e Ugalde (2020).

Nota-se que os municípios com maior incidência com relação à população localizam-se, em sua maioria, ao norte da RMPA, na sub-região RMPA-Vale. Outros municípios de fora desta sub-região também apresentam forte incidência de covid-19 entre a população, entre eles São Sebastião do Caí (295.9 casos por 100 mil habs.) e Montenegro (252.8 casos por 100 mil habs.). Nestes dois municípios localizam-se indústrias alimentícias, como frigoríficos avícolas (Montenegro) e conservas (São Sebastião do Caí), o que pode explicar a elevada incidência. Na RMPA-POA municípios com intensa mobilidade pendular com Porto Alegre apresentam maior incidência, como Alvorada, Cachoeirinha e Sapucaia do Sul, enquanto municípios com maior presença de população rural apresentam menor incidência, como é o caso de Viamão e Nova Santa Rita (figura 8).

Figura 8 - RMPA – casos de covid-19 nos municípios (por 100 mil habs.) em 30/06/2020



Fonte. SES-RS. Dados de 30 de junho de 2020. Elaborado por Ugalde (2020).

Nota-se pela figura 8 que as maiores incidências com relação à população municipal coincide com o recorte da RMPA-Vale, embora municípios bastante relacionados ao núcleo metropolitano também aparecem com incidência elevada. Neste sentido, destacamos o município de Alvorada com elevada concentração de trabalhadores do terciário inferior e da construção civil (Observatório das Metrôpoles, 2015), os quais estão mais submetidos à mobilidade durante o período de distanciamento social controlado.

3.1 Impactos no mercado de trabalho metropolitano

Assim como no Brasil, a pandemia tem gerado fortes impactos no emprego formal da Região Metropolitana de Porto Alegre e no núcleo metropolitano. A RMPA iniciou o ano de 2020 com 1.115,7 mil vínculos no mercado formal de trabalho de acordo com os dados do Novo GAGED. Nos primeiros dois meses do ano, entre admissões e desligamentos foram geradas 6,2 mil vagas, sendo 621 em janeiro e 5,6 mil em fevereiro. No município de Porto Alegre, o ano abre com 545,8 mil postos de trabalho no mercado formal de trabalho, e já em janeiro apresenta um fechamento 1.000 postos de trabalho, os quais são parcialmente recuperados em fevereiro (982), fazendo com que os primeiros dois meses produzam um saldo negativo de 44 vagas.

Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, a RMPA perdeu 43,6 mil postos de trabalho entre os meses de março e abril de 2020. No acumulado de 2020, o saldo de postos fechados é de 35,6 mil, em função da criação de empregos nos meses de verão (janeiro e fevereiro). Segundo a mesma fonte, o município de Porto Alegre fechou 16,8 mil postos de trabalho entre março e abril de 2020. No

acumulado do ano, quando são incluídos os meses de janeiro e fevereiro, o resultado fica negativo em 15,9 mil empregos na capital do estado.

Quando olhamos os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) produzida pelo IBGE, a taxa de desocupação na RMPA atinge 9,8% no primeiro trimestre de 2020, aumentando um ponto percentual em relação ao último trimestre de 2019. Na comparação da taxa de desocupação entre homens (7,9%) e mulheres (11,9%), a diferença chega a quatro pontos percentuais. Já a taxa de desocupação de jovens, foi de 21,6% no primeiro semestre de 2020, 11,8 pontos percentuais da média.

Com relação aos rendimentos médios houve uma queda entre o quarto trimestre de 2019 e o primeiro trimestre de 2020, com o rendimento médio do trabalhador da RMPA passando de R\$ 3.018,00 para R\$ 2.911,00. Houve queda tanto para homens quanto para mulheres, entretanto aqueles ainda apresentam um rendimento médio maior (R\$ 3.339,00 contra R\$ 2.430). Na RMPA o rendimento das mulheres representa em média 17% menos que o valor do conjunto dos trabalhadores, ao mesmo tempo que o rendimento dos homens representa 15% acima da média do conjunto.

Quanto à questão da cor, os trabalhadores brancos com R\$ 3.141,00 apresentam um rendimento médio acima da média e muito acima dos R\$ 1.931 de pretos e pardos (abaixo da média). Enquanto os trabalhadores brancos recebem em média 8% acima da média, os trabalhadores pretos e pardos recebem 33% a menos, ou dois terços do rendimento médio. A crise impactou mais sobre os pardos que recebiam 74% do rendimento médio (4º trimestre de 2019) e passaram a receber 66,3% do rendimento médio no primeiro trimestre de 2020.¹⁷

Especificamente no município de Porto Alegre a taxa de desocupação no primeiro trimestre de 2020 foi de 10%, quando comparado ao quarto trimestre de 2019, observa-se um avanço de 3 pontos percentuais, e confrontado com mesmo período no ano passado um crescimento de um ponto percentual. O rendimento médio real de todos os trabalhos habitual das pessoas ocupadas no primeiro trimestre de 2020 foi de R\$ 4.173,00 em valores correntes, uma queda de R\$ 169,00 quando o quarto trimestre de 2019, e um recuo de R\$ 186,00 quando cotejado com mesmo período no ano passado. Já quando observa-se o rendimento médio real de todos os trabalhos habituais das pessoas ocupadas pelo ponto de vista do sexo, nota-se que no município de Porto Alegre as mulheres recebiam R\$ 3.279,00, ou seja 19% menos que o valor do conjunto dos trabalhadores ao mesmo tempo que os homens recebiam R\$ 4.755,00, o que representa 18% acima da média do conjunto. Já no

¹⁷ Dados do CAGED publicados no IHU Online. Panorama do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre em 2020 em 23 de junho de 2020. <http://www.ihu.unisinos.br/600232-panorama-do-mercado-de-trabalho-da-regiao-metropolitana-de-porto-alegre-em-2020>

momento em que o olhar vai para a raça/cor, verifica-se que a força de trabalho branca recebe R\$ 4.624,00, o que representa 15% a cima total, a negra/preta R\$ 2.225,00, 45% abaixo e os pardos R\$ 1.970,00 51% abaixo do valor médio.

A tabela 5 resume este quadro dos rendimentos dos trabalhadores e demonstra com mais clareza as diferenças entre o núcleo metropolitano e o conjunto da região metropolitana.

Tabela 5 – Rendimento médio dos trabalhadores em Porto Alegre e na RMPA no primeiro trimestre de 2020

Rendimento Médio						
	Geral	Homens	Mulheres	Branços	Pretos	Pardos
Porto Alegre	4.173,00	4.755,00	3.279,00	4.624,00	2.225,00	1.970,00
RMPA	2.911,00	3.339,00	2.430,00	3.141,00	1.931,00	1.931,00

Fonte: CAGED. PNADC (IBGE).

A seguir apresentaremos um panorama da situação da pandemia do Covid-19 no município de Porto Alegre.

4. A COVID - 19 NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE

Porto Alegre possui uma população estimada de 1.483.771 habitantes (IBGE, 2019). Desde 2017 Porto Alegre é governada pelo Prefeito Nelson Marchezan Júnior do mesmo partido político do Governador Eduardo Leite, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Desde o começo da pandemia por uma inação, falta de estratégia e de informações claras por parte do governo federal a gestão da pandemia vem sendo administrada pelos governadores e prefeitos no Brasil. No caso do Rio Grande do Sul e de sua capital, Porto Alegre acontece o alinhamento política e a coordenação de ações.

Conforme dados acima apresentados Porto Alegre, apresentava 60% dos casos em 02/04/2020, 40% dos casos em 15/4/2020, 31,5% dos casos em 30/04/2020, 16,1% em 15/5/2020 e 9,6% em 30/06/2020 em relação ao estado. O primeiro caso de Covid-19 aconteceu no dia 08 de março em Porto Alegre e o primeiro óbito em 24 de março. Em 31/03/2020 a Prefeitura Municipal de Porto Alegre emitiu o Decreto Nº 20534 decretando estado de calamidade pública e consolidando as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19) no Município de Porto Alegre.

Assim como no governo do estado do RS foi constituído o Grupo Especial com órgãos da PMPA para propor medidas de contenção e mitigação dos efeitos sociais decorrentes da pandemia. Este grupo foi composto pela Secretaria Municipal de Relações Institucionais (SMRI), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Esporte (SMDSE), Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SMDE), Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana (SMIM), Secretaria Municipal de Segurança (SMS), Defesa Civil, Departamento Municipal de Habitação (DEMAHB) e Departamento Municipal de Águas e Esgotos (DMAE). Em 05/05 a PMPA prorroga até o dia 31/05 o decreto 20.534 e avança na retomada de segmentos econômicos através dos decretos 20.564 e 20.565 publicados no dia 02/05¹⁸ libera atividades autônomos, profissionais liberais, microempreendedores individuais e microempresas. As academias de Porto Alegre passam a funcionar também com um aluno por vez.

Porto Alegre entrou em 23 de junho de 2020 na zona vermelha do distanciamento controlado monitorado pelo estado do Rio Grande do Sul e teve recorde de pacientes com COVID 19 em leitos da UTI com 111 casos de internação. Na mesma data a Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA) emitiu Decreto Nº 20.625, de 23 de junho de 2020 para regular algumas atividades entre elas o fechamento de comércio voltando a tomar medidas de isolamento social. No dia 03/07/2020 a Prefeitura determinou também o fechamento da Orla do Guaíba¹⁹. Porto Alegre em 23/06/2020 contava com 1.868 casos com 175 novos casos confirmados e 67 óbitos, taxa de 4,5 por 100 mil habitantes. Pensamos que sendo Porto Alegre o município polo de saúde poderia haver uma sobrecarga no município vindo pacientes de outras localidades havendo uma necessidade de coordenação da infraestrutura da saúde entre os municípios.

A Prefeitura lançou uma campanha pelo distanciamento social, buscando chegar a meta de 55% de distanciamento. No dia 08/07/2020 o distanciamento era de 45,1%. A PMPA está usando a tecnologia de geolocalização através dos 540 mil usuários de celular da Capital onde capta informações do deslocamento. Interessante ressaltar que segundo os dados da PMPA 22 de março foi o dia com maior índice de distanciamento social realizado em Porto Alegre, 71,3% e o menor foi de 34,4% no dia 19 de junho²⁰

¹⁸ Prefeitura Municipal de Porto Alegre. <https://prefeitura.poa.br/gp/noticias/prefeitura-prorroga-decreto-de-isolamento-social-e-libera-mais-alguns-setores> Acessado em 09/07/2020.

¹⁹ CORREIO DO POVO <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/parques-cercados-e-orla-do-gua%C3%ADba-ser%C3%A3o-fechados-em-porto-alegre-1.445297> Acessado em 08/07/2020.

²⁰ Prefeitura Municipal de Porto Alegre. <https://infografico-covid.procempa.com.br/distanciamento-social>. Acessado em 09/07/2020.

Caberia ressaltar que os organismos internacionais desde o início da pandemia, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), vêm alertando sobre a existência de grupo dos vulneráveis (mulheres, idosos, crianças e pessoas de baixa renda) e a necessidade de apoio a estes grupos por parte dos Estados, para que se reduzam danos neste contexto. A renda mínima é um tema que vem sendo discutido frente neste contexto de emergência e urgência para enfrentar a pandemia. Além disso a ONU Mulheres vem alertando que as mulheres, em seu conjunto, correspondem a 70% do total de profissionais que atuam na linha de frente no combate ao COVID-19²¹ (Scapini e Marx, 2020)²².

Além da necessidade de apoio à população vulnerável a falta de água em algumas regiões da cidade e ações de remoção aconteceram em meio a pandemia. Em nota no dia 02/04/2020 denominada “Moradia e direito à vida nos territórios de Porto Alegre” publicada pelo Observatório das Metrópoles - Núcleo Porto Alegre destaca-se a situação da Vila Nazaré, situada nas proximidades do Aeroporto Salgado Filho que sofreu com a falta de água e culminou com a remoção das famílias²³.

Por outro lado para enfrentar a falta de infraestrutura e políticas frente a pandemia alguns agentes e comunidades de alguns bairros da cidade vem criando redes de solidariedade. Estas redes são criadas para minimizar o impacto da pandemia na população mais vulnerável e a falta de estrutura e apoio por parte das instituições públicas. Como exemplo podemos citar o Movimento de Mulheres Olga Benário que vem desenvolvendo a Campanha de apoio a Diaristas onde os valores arrecadados são direcionados às mulheres trabalhadoras desempregadas e autônomas.

Outro exemplo é o da região do 4º Distrito de Porto Alegre onde foi criado o Fórum do Quarto Distrito que se constitui como um espaço que reúne moradores e trabalhadores do Quarto Distrito da Cidade de Porto Alegre. O chamado 4º Distrito é a região da cidade que abrange do Centro Histórico até a Arena do Grêmio, situando-se entre o Rio Guaíba e a Avenida Cristóvão Colombo, envolvendo os bairros Navegantes, São Geraldo, Floresta e Humaitá. Estes casos serão aprofundados mais adiante neste dossiê, mas são exemplos de como as comunidades vem se posicionando e tendo uma postura ativa frente à pandemia.

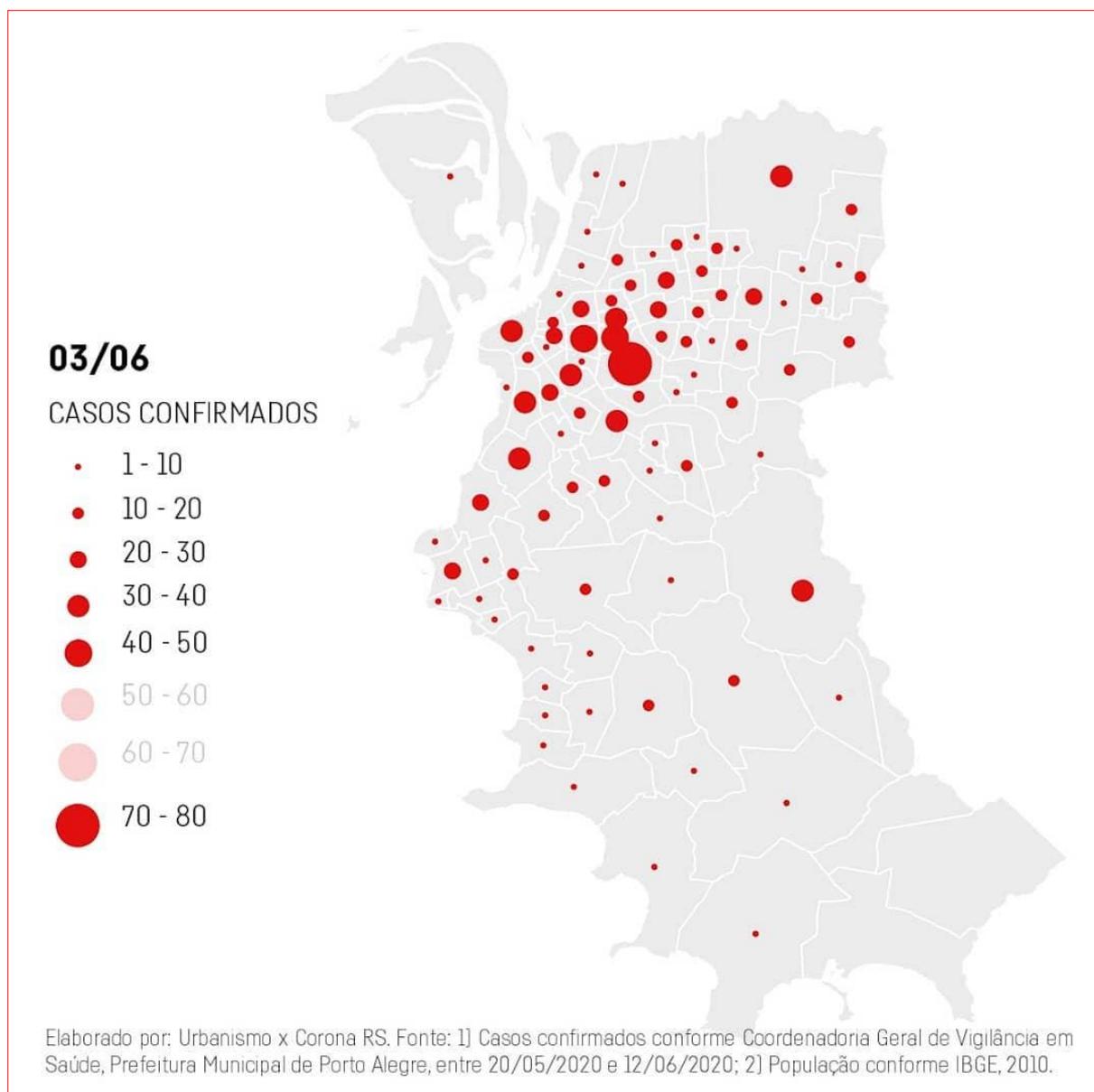
²¹ ONU Mulheres. <https://nacoesunidas.org/mulheres-na-linhas-de-frente-da-covid-19/> Acessado em 08/07/2020.

²² Scapini, Gabriela e Marx, Vanessa. Atuação de Mulheres em tempos de COVID-19: necessidade de reconhecimento das práticas de solidariedade e de cuidado. Jornal UFRGS. <https://www.ufrgs.br/jornal/atuacao-de-mulheres-em-tempos-de-covid-19-a-necessidade-de-reconhecimento-das-praticas-de-solidariedade-e-de-cuidado/> Acessado em 09/07/2020.

²³ Observatório das Metrópoles- Núcleo Porto Alegre. <https://www.ufrgs.br/coronavirus/wp-content/uploads/2020/04/Porto-Alegre-e-a-pandemia-Observato%CC%81rio-das-Metro%CC%81poles.pdf> acessado em 09/07/2020.

A seguir veremos os casos da Covid- 19 em Porto Alegre e a distribuição por bairros (Figuras 9, 10 e 11). Este é um dado importante para monitorar os casos por regiões e bairros da cidade. Em 22/05/2020 após insistência da cidadania pela publicidade dos dados foi divulgada a informação de casos por bairros de Porto Alegre (Figura 9). Nesta data os bairros Petrópolis, Bela Vista, Rio Branco, Sarandi e Passo d'Areia, nas regiões Central e Norte da capital, foram os bairros com o maior número pessoas infectadas pelo novo coronavírus em Porto Alegre, segundo dados da Coordenadoria Geral de Vigilância em Saúde. No dia 03/06/2020 o Urbanismo contra o corona no RS divulgou que os bairros Jardim Europa, Três Figueiras, Jardim São Pedro, Bela Vista e Mont'Serrat foram identificados como os bairros com mais casos do vírus (Figura 10).

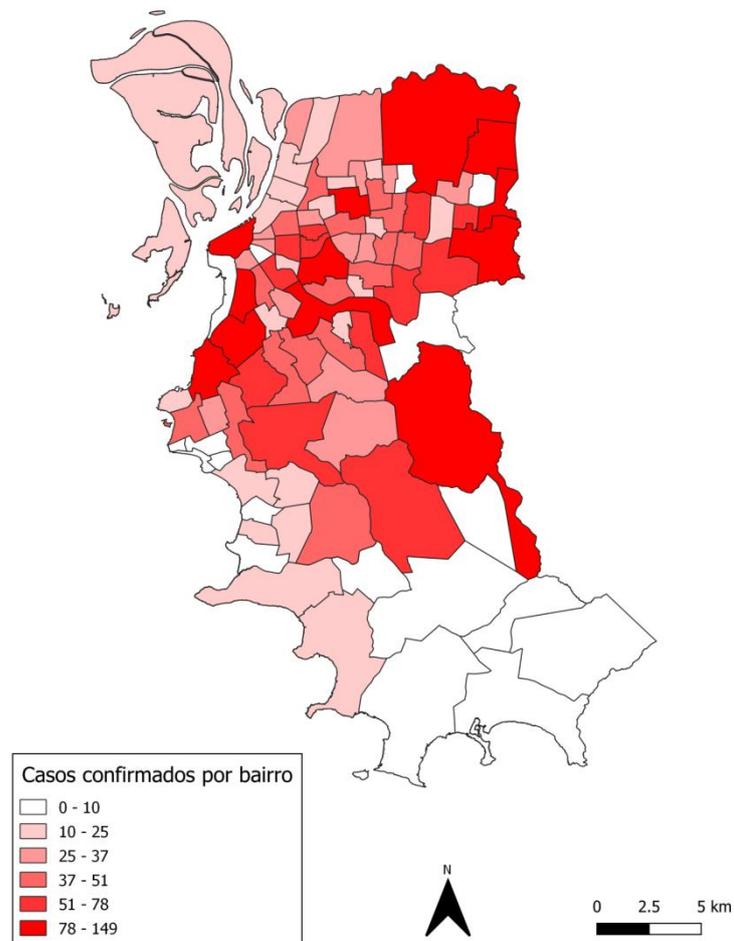
Figura 10: Porto Alegre: mapa de casos de covid-19 por bairro (03-06-2020)



Fonte: CGVS, SMS, Porto Alegre. Elaboração: Urbanismo x Corona RS.

No dia 6 de julho temos uma ampla difusão da pandemia pelo município (Figura 11), com maior número de casos nos bairros periféricos mais populosos, como Sarandi, Partenon e Lomba do Pinheiro, embora bairros de classe média e classe média alta como Petrópolis mantenham número elevado de casos, assim como o Centro Histórico, que figura entre os cinco com maior número de casos, segundo dados da Secretaria Municipal de Saúde.

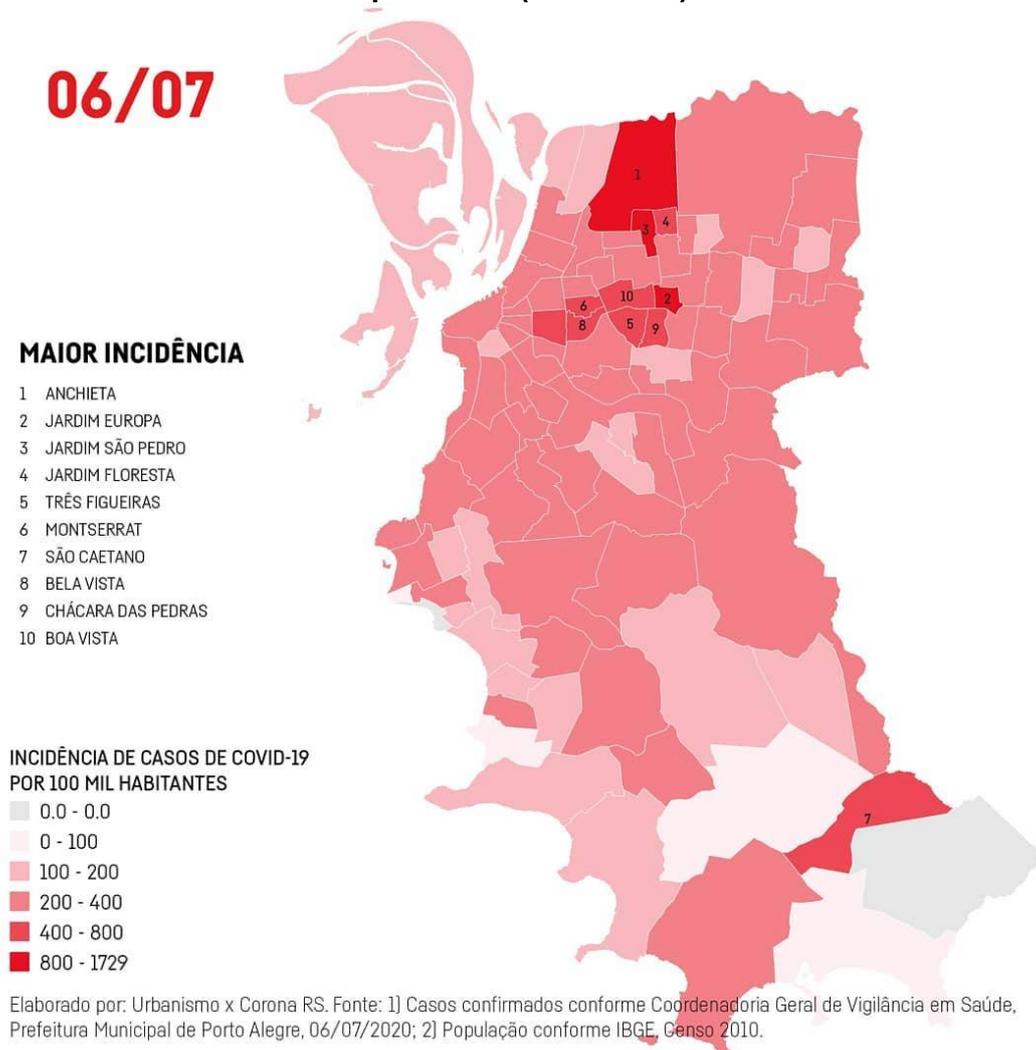
Figura 11: Porto Alegre: mapa de casos de covid-19 por bairro (06-07-2020)



Fonte: Dados da CGVS/SMS, Porto Alegre. Elaboração: Pedro Ugalde (2020).

Quanto aos casos por 100 mil habitantes, um dado relevante para analisar a incidência da pandemia entre a população, temos o seguinte mapa:

Figura 12: Porto Alegre: incidência de casos de covid-19 por 100 mil habitantes e por bairro (06-07-2020)



Fonte: CGVS, SMS, Porto Alegre. Elaboração: Urbanismo x Corona RS.

Assim, percebe-se que a disseminação ainda é mais forte nos bairros de classe alta e média alta (Jardim Europa, Três Figueiras, Montserrat, Bela Vista, Chácara das Pedras, mas também apresenta uma forte incidência em bairros periféricos, como na zona norte (Anchieta, Jardim São Pedro e Jardim Floresta) e na zona sul (São Caetano). Ressalte-se que na zona norte, o bairro Anchieta apresenta pouquíssima população moradora (203 habitantes segundo o Censo de 2000), mas um grande número de trabalhadores, especialmente no setor de transporte, armazenamento e logística, o que pode explicar esta incidência maior da pandemia.

Dados de 19 de julho de 2020 demonstram que pelo menos 72% dos 94 bairros oficiais do município já tiveram alguma morte provocada pelo coronavírus desde o início da pandemia. Entre os 68 bairros com notificações de óbito desde março de 2020, os maiores

números se concentram no Centro Histórico (9 vítimas), na Lomba do Pinheiro, no Menino Deus e no Rubem Berta, cada um com oito óbitos e no bairro Petrópolis (7 óbitos).²⁴

Observa-se, assim, que em Porto Alegre repete-se um “padrão” de disseminação dos contágios que se iniciaram pelos bairros de maior poder aquisitivo e posteriormente disseminou-se pelas periferias e áreas de maior vulnerabilidade social. Entre os cinco bairros com mais mortes, Lomba do Pinheiro e Rubem Berta apresentam renda familiar 70% e 55% inferiores à média da cidade, respectivamente, além de grande população (a “Lomba” é o quinto mais populoso, com quase 50 mil habitantes). Já o Centro Histórico, também está entre os bairros mais populosos da capital, além de apresentar uma elevada densidade demográfica segundo dados do Observatório da Cidade de Porto Alegre (ObservaPOA). Por fim, bairros como Menino Deus e Petrópolis situam-se entre os com maior proporção de idosos na população (entre 20 e 25%), ou seja, maior número de pessoas de um dos “grupos de risco”, além de maior poder aquisitivo, com é o padrão dos bairros de classe media alta do entorno do centro.

Se a demografia dos casos é bastante diversa, a série histórica recente de mortalidade geral em Porto Alegre (Tabela 6) não tem mostrado variações significativas:

Tabela 6: Mortalidade em Porto Alegre: 2015-2020

Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020*
óbitos	11.454	12.557	12.074	12.215	12.254	5802*

* Os dados de 2020 correspondem até a data de 14/07/2020

Fonte: Observatório da Vigilância em Saúde: Secretaria Municipal da Saúde de Porto Alegre.

Importante ser observado que, até meados de julho, os indicadores apontam para uma pequena redução da mortalidade geral na cidade comparativamente aos últimos anos. Isto fica mais claro em um comparativo com o ano anterior (Tabela 7):

Tabela 7: Porto Alegre: mortalidade geral (óbitos) por mês

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul*	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2020	961	885	924	848	963	985	236*	-	-	-	-	-
2019	1047	870	874	859	969	1053	1332	1277	1046	1024	904	999

* Os dados correspondem até a data de 14/07/2020.

Fonte: Observatório da Vigilância em Saúde: Secretaria Municipal da Saúde de Porto Alegre

É interessante olhar os dados de mortalidade geral porque eles não apresentam o problema de subnotificação, que sabidamente acontece com os casos de Covid-19 no Brasil. Observa-se que 2020 apresenta taxa de mortalidade superior ao ano anterior apenas

²⁴ Fonte: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2020/07/mais-de-70-dos-bairros-de-porto-alegre-ja-registraram-morte-por-coronavirus>

em fevereiro e março, ou seja, no período imediatamente anterior à disseminação do Coronavírus na cidade. E, aparentemente, com os dados consolidados até a metade de julho, parece que este mês também deve apresentar mortalidade inferior ao ano passado.

Ainda é muito cedo para termos uma explicação firmemente ancorada em fatos para explicar estes números. Mas é possível apontar algumas hipóteses:

a) ainda que longe do ideal para a contenção do coronavírus, as medidas de distanciamento social existentes desde março podem ter contribuído para que menos pessoas estivessem sujeitas a acidentes de trabalho, trânsito, contaminação de doenças, etc.

b) por outro lado, exatamente porque o distanciamento social não tem sido completo, o Rio Grande do Sul - e a região Sul do Brasil como um todo - tem apresentado um crescimento de casos neste mês de julho de 2020. Assim, é perfeitamente possível especular que os próximos meses apresentem um acréscimo nas taxas de mortalidade que ainda não aparecem nas estatísticas.

Uma última questão refere-se ao número de casos e mortes de Síndrome Respiratória Grave Aguda (SRGA) notificados no município. Segundo dados divulgados pela Bancada do PSOL na Assembleia Legislativa do estado²⁵, estes tiveram um aumento substancial em 2020, conforme a Tabela 8, o que pode representar subnotificação da covid-19. Este dado importante nos remete à análise das políticas de enfrentamento da pandemia no município.

Tabela 8: Porto Alegre: casos e óbitos de Síndrome Respiratória Grave Aguda (SRGA) de 2017 a 2020

	2017	2018	2019	2020
Casos	504	380	413	1.641
Óbitos	110	55	29	245

Fonte: Fonte: Bancada do PSOL na AL-RS a partir de dados do OpenDataSUS.

4.1 As políticas de enfrentamento da pandemia no município de Porto Alegre

O Município de Porto Alegre implementou diversas medidas para o enfrentamento ao coronavírus e, conseqüentemente, impedir a COVID-19. Entre as ações estão a ampliação de leitos de UTI especificamente para pacientes com COVID, entrega de equipamentos, testagem, procedimentos para atendimento de pacientes, assinatura de convênios e parcerias, criação de comissões, grupos, e publicações de decretos para o combate ao

²⁵ Jornal Sul 21. 12 de junho de 2020. Disponível em <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/coronavirus/2020/06/mortes-por-sindromes-respiratorias-agudas-graves-cresceram-9-vezes-no-rs-em-2020-diz-estudo-da-bancada-do-psol/>

coronavírus e ações voltadas a publicização de monitoramento através de boletins diários publicados nas redes sociais e portais oficiais.

As ações contaram com a participação primordialmente das secretarias municipais, incluindo servidores públicos de distintas secretarias, a exemplo da Secretaria Municipal da Cultura, convocados para atendimento de ações nas comunidades como entrega de cestas básicas, apoio ao acesso a sistemas vinculados a benefícios sociais, entre outros. Outro segmento chamado a participar das ações foram representantes de setores privados, como os grupos Gerdau, Zaffari, Ipiranga, Hospital Moinhos de Vento, que providenciaram a construção de uma nova ala junto ao Hospital Independência entre outras ações.

Até o dia 17 de julho de 2020, haviam sido registrados no Boletim COVID-19²⁶, 96 medidas consideradas pelo Poder Público Municipal, para enfrentamento da pandemia.

Três focos de reflexão são considerados neste texto. O primeiro, diz respeito as características mais gerais da pandemia de COVID-19 e suas alternativas para evitar o contágio. O segundo, sobre o tipo de parcerias estabelecidas pelo poder público com o argumento de superar a pandemia. E o terceiro, relacionado ao problema da sobrecarga do sistema de saúde.

Segundo informações amplamente divulgadas, a principal forma de contaminação tem origem nas gotículas salivares das pessoas contaminadas quando espirram ou mesmo falam. Mãos que tocam superfícies contaminadas por essas gotículas e levadas ao rosto, levam consigo o coronavírus. Neste sentido, a proximidade entre as pessoas e as mãos contaminadas ao serem levadas ao rosto são os principais vetores de contaminação. Portanto, duas frentes de medidas são necessárias para evitar contaminação: o *distanciamento social* e a *práticas de higiene*.

O distanciamento social tem por princípio evitar a mobilidade das pessoas, consequentemente do vírus, evitando dessa maneira a contaminação progressiva. Por sua vez, as práticas higiênicas referem-se a necessidade de cuidados pessoais rigorosos e com o ambiente em que vivem as pessoas. Apesar de todas as orientações, há muitos entraves que impedem a população pobre de seguir as orientações das autoridades. O problema que identificamos como o mais grave e mais imediato tem origem no isolamento social. A implementação de quarentena leva a população pobre a ficar sem trabalho e sem renda. A fome é o primeiro grande problema que bate à sua porta. Em seguida, todos os insumos indicados para proteger da contaminação, como materiais de higiene, limpeza, máscaras, álcool gel, ficam inacessíveis para esta população.

Além da ausência de apoio material, a população necessita de suporte sob a forma de informação. O poder público concentrou as ações de vigilância, de carro de som, de

²⁶ <https://prefeitura.poa.br/coronavirus/saude>.

informação nas áreas centrais da cidade. Até mesmo peças publicitárias relacionadas à pandemia mostram uma cidade que não é a cidade de todos. A periferia não se reconhece nem na cidade mostrada nos vídeos²⁷, nem como pertencente aos grupos que são cuidados pelo poder público.

Yrigoyen²⁸ (2020) traça um paralelo entre os animais silenciosos, incompreensíveis e violentos do filme “Os pássaros”, de Alfred Hitchcock, com o coronavírus. “O caráter invisível do coronavírus o torna mais perigoso posto que, ou bem leva a loucura do paranoico, ou bem a inconsciência daquele que por não ver, não sente.” (YRIGOYEN, 2020 p.1). Em Porto Alegre, o poder público não se preocupou em fazer ver os perigos do vírus por parte da população da periferia. A informação de que os moradores deveriam cuidar da higiene e da limpeza da casa, chegou através da solidariedade que mobilizou grupos, movimentos e outros setores populares. Evidentemente, sem dar conta.

No primeiro período da quarentena, o chefe do executivo fechou os postos ampliados de atendimento da rede de Assistência Social do município. Aqueles pontos de atendimento localizados dentro das comunidades fecharam as portas. Os moradores ficaram com o vazio, o silêncio. As tentativas de buscar ajuda para alimentação através de cestas básicas, se transformou num verdadeiro martírio. Encontraram os Centros de Referência de Assistência Social fechados ou com teleatendimento. Unidades localizadas em bairro com mais de 50 mil habitantes dispunham de apenas um (01) telefone para atender a demanda por cestas básicas. Há relatos de tentativas por dias a fio para conseguir ligação para o CRAS. Os procedimentos para atendimento de trabalho social não foram adequados à situação de pandemia. Nem mesmo moradores de condomínios do Minha Casa Minha Vida Faixa 1, ou seja, os mais carentes, foram poupados da obrigatoriedade da “qualificação familiar”, procedimento somente aceito quando realizado por profissional habilitado que, em quarentena, não conseguia visitar as famílias e atender as exigências necessárias às inscrições para acesso as cestas básicas.

A situação, no entanto, era apenas uma pequena amostra do desmonte da Assistência Social do município de Porto Alegre. Em reportagem publicada em 10 de dezembro de 2019, no portal Sul 21²⁹ é possível conhecer a queda progressiva dos recursos destinados à Assistência Social no município. É a síntese do desmonte. No ano de 2016, foi destinado à Fundação de Assistência social e Cidadania (FASC) o valor de R\$92.412.018,77; em 2019, caiu para R\$66.829.863,94. Além disso, o Conselho Municipal de Assistência Social denunciou a substituição de equipes técnicas e administrativas por

²⁷ <https://www.facebook.com/prefpoa/videos/200622284722284/>

²⁸ <https://www.catedradehermeneutica.org/wp-content/uploads/2020/05/Con-la-fuerza-de-lo-real-Elena-Yrigoyen.pdf>

²⁹ <https://www.sul21.com.br/poa/2019/12/conselho-municipal-denuncia-desmonte-total-na-assistencia-social-em-porto-alegre/>

equipes resultantes de parcerias, ferindo, inclusive a própria Lei de Reordenamento da FASC que determina que sejam servidores públicos concursados.

Este foi o cenário onde a pandemia se instalou na periferia de Porto Alegre. Como sobreviver ao isolamento social, às práticas de higiene necessárias para evitar o coronavírus? Apostando na inconsciência daqueles que não enxergam o vírus, mas sentem o vazio da fome.

Parcerias da prefeitura

O Município de Porto Alegre iniciou a implantação de uma série de medidas para prevenção da COVID-19 ainda em janeiro de 2020. Desde então, vem publicando decretos, definindo protocolos com base em orientações internacionais e em consonância com o governo do Estado do Rio Grande do Sul no sentido de conter a contaminação. No dia 19 de maio iniciou processo de retomada das atividades econômicas, de serviços e estabelecimentos comerciais. Progressivamente foi liberando do isolamento social. No entanto, no dia 15 de junho, o prefeito anunciou novamente o fechamento de estabelecimentos comerciais com o intuito de “achatar a curva” de casos confirmados evitando, assim, o colapso no sistema de saúde do município. O Quadro 1 apresenta uma amostra das ações do executivo publicadas no Boletim COVID 19.

Quadro 1 – Ações do Poder Executivo Municipal

AÇÃO	SÍNTESE
DECRETO Nº 20.501, DE 16 DE MARÇO DE 2020.	Institui o Comitê Temporário de Enfrentamento ao Coronavírus (CTECOV).
DECRETO Nº 20.534, DE 31 DE MARÇO DE 2020	Decreta o estado de calamidade pública cria o Grupo Especial para propor medidas de contenção e mitigação dos efeitos sociais decorrentes da pandemia.
DECRETO Nº 20.533, DE 31 DE MARÇO DE 2020.	Cria o Escritório de Fiscalização para coordenar as ações de fiscalização de competência municipal de forma integrada, composto por todos os órgãos da Administração Municipal Direta e Indireta; e inclui o inc. X no art. 2º do Decreto no 20.096, de 19/11/2018.
DECRETO Nº 20.577, DE 14 DE MAIO DE 2020.	Institui a operação de força-tarefa no âmbito da Administração Direta e Indireta Municipal. Social: servidores, preferencialmente, no cargo de assistente administrativo, além de assistentes sociais, psicólogos e cargos em comissão. Saúde: servidores com conhecimento na gestão administrativa de contratos, em especial prestação de contas, planejamento e operacionalização de aquisições; Fiscalização e Segurança: servidores para o planejamento de operação, compilação de dados e elaboração de relatórios.
DECRETO Nº 20.625, DE 23 DE JUNHO DE 2020 ³⁰	Instituiu o Comitê Temporário de Enfrentamento ao novo Coronavírus (COVID-19) (CTECOV); o Grupo Especial para propor

³⁰ <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/decreto/2020/2062/20625/decreto-n-20625-2020-decreta-o-estado-de-calamidade-publica-e-consolida-as-medidas-para-enfrentamento-da->

	medidas de contenção e mitigação dos efeitos sociais decorrentes da pandemia do COVID-19; o Grupo Especial para propor alternativas relacionadas ao desenvolvimento econômico e geração de emprego e renda
DECRETO Nº 20.596, DE 2 DE JUNHO DE 2020.	Prorroga o mandato do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) da gestão 2018-2019 em decorrência da Crise do COVID 2019 e da inviabilidade de realização das eleições.
ORDEM DE SERVIÇO No 003, DE 10 DE JUNHO DE 2020. ³¹ (10/06)	Estabelece procedimentos para tramitação das Requisições de Informações Comunitárias (RICs). As solicitações do MP devem seguir as disposições descritas na Ordem de Serviço. ³²
01 de JUNHO	Prefeitura de Porto Alegre discute com o movimento Pacto Alegre ³³ (*) ações de enfrentamento da pandemia. Como resultado, iniciam testes de inovações para combater COVID-19, em 01 de junho.
13/07 Decreto DECRETO Nº 20.655, DE 13 DE JULHO DE 2020. ³⁴	Dispõe sobre o licenciamento urbanístico e ambiental de projetos prioritários para a retomada econômica no Município em razão da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), cria o Comitê Especial de Monitoramento de Projetos Prioritários (CEMPP).
13/07	Entrega ao Hospital da Restinga 10 leitos de UTI e 17 de enfermaria especificamente para tratamento COVID-19

(*) Movimento Pacto Alegre – Formado por empresas como GrupoRBS, Fraport, Sinduscon, entre outros.

Além das ações publicadas no boletim COVID 19, outras, gratuitas, aconteceram resultantes de parcerias entre empresas privadas e prefeitura. O caso da empresa UNICONTROL chamou a atenção da população, pois foi vista fazendo a desinfecção de pontos de ônibus no centro da cidade³⁵. Desde março a empresa vem apoiando a prefeitura a realizar a desinfecção, inicialmente em pontos de ônibus, mais recentemente concentrando nas Unidades de Saúde.

O argumento de que a iniciativa privada está colaborando com a prefeitura para que esta otimize os gastos não se sustentou por muito tempo. Em 10 de julho de 2020, o Ministério Público de Contas solicitou ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul a suspensão de campanha publicitária da Prefeitura de Porto Alegre realizada com recursos do Fundo Municipal de Saúde. A principal acusação foi a utilização do recurso do fundo sem a anuência do Conselho Municipal de Saúde, responsável pelo controle social do fundo. Além disso, o conteúdo veiculado não se relacionava com questões da saúde³⁶.

emergencia-de-saude-publica-de-importancia-internacional-decorrente-do-novo-coronavirus-covid-19-no-municipio-de-porto-alegre

³¹ http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/3430_ce_292083_1.pdf

³² http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/3430_ce_292083_1.pdf

³³ <https://pactoalegre.poa.br>

³⁴ <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/decreto/2020/2066/20655/decreto-n-20655-2020-dispoe-sobre-o-licenciamento-urbanistico-e-ambiental-de-projetos-prioritarios-para-a-retomada-economica-no-municipio-em-razao-da-pandemia-do-novo-coronavirus-covid-19-cria-o-comite-especial-de-monitoramento-de-projetos-prioritarios-cempp>.

³⁵ <https://diariodotransporte.com.br/2020/03/28/paradas-de-onibus-em-porto-alegre-passam-por-desinfeccao-com-auxilio-de-empresas/>

³⁶ https://www.sul21.com.br/cidades/2020/07/mpc-pede-suspensao-de-publicidade-da-prefeitura-de-porto-alegre-que-usa-recursos-da-saude/?utm_source=Matinal&utm_medium=email&mc_cid=582ef054a0&mc_eid=8450819b4a

Outra questão que chama a atenção em relação as ações exemplificadas no Quadro 1 é o fato de não aparecer em nenhum momento articulação com as estruturas de participação existentes e distribuídas no território de Porto Alegre, como os 17 centros administrativos, denominados de CRIPs - Centro de Relações Institucionais Participativas. Em que pese a Secretaria de Relações Institucionais, sob a qual se organizam os CRIPs, fazer parte dos grupos criados, suas ações não repercutem no território. Podemos registrar ações do CRIP Ilhas, sobretudo porque no período ocorreram chuvas fortes e deixou muitas famílias desalojadas por conta das inundações. As demais estruturas dos CRIPs na cidade de Porto Alegre não demonstram expressão alguma em relação a atuação junto à população no período de pandemia.

Cabe lembrar que os CRIPs são equipamentos que tem a função de prover infraestrutura e acolher demandas e questionamentos da população, além de estabelecem articulações da sociedade civil com o governo municipal. Se essas estruturas oficiais não foram mobilizadas, menos ainda foram as lideranças comunitárias, que se converteram em verdadeiros exércitos solidários tratando de promover campanhas doações para atender necessidades da população. Enquanto isso, o prefeito optou por dialogar com setor privado, empresas de tecnologia, *startups* que, até podem contribuir, mas não atendem a população na dimensão que o problema exige. São ações experimentais, efêmeras e que não apresentam a força que as estruturas criadas para viabilizar políticas públicas poderiam deter não fosse o seu desmonte. Saliente-se que o prefeito não utilizou a *expertise* da máquina pública, como por exemplo, do modelo de governança implementado para a Copa do Mundo, tal como as câmaras temáticas com movimentos sociais, associações profissionais, defensoria pública e outras entidades.

Sobrecarga do sistema de saúde

Considerando a fragilidade das ações, a ausência de orientações, somadas a já existente precariedade nos bairros pobres da cidade, não demorou para que a COVID-19 chegasse nesses locais.

O Bairro Restinga, localizado aproximadamente 20 km do centro de Porto Alegre, apresenta população de pouco mais de 53.508 habitantes. O hospital situado naquele bairro (Hospital da Restinga e Extremo Sul) apresentava até dia 13 de julho de 2020, apenas 10 leitos Unidades de Tratamento Intensivo e todos ocupados com pacientes com COVID19 ou suspeito³⁷. A partir do dia 13/07 foram implementados mais 10, perfazendo total de 20 leitos

³⁷ http://proweb.procompa.com.br/pmpa/prefpoa/sms/usu_doc/2020_04_01_boletim_covid_sms.pdf

em UTI. No entanto, desde o dia 01 de abril os 10 leitos de UTI existentes, estavam ocupados com pacientes com COVID. Se desde início de abril já se sabia que a lotação da UTI para tratamento do COVID19 estava esgotada, era de se esperar que houvesse ação intensa no bairro, de conscientização, de atendimento às necessidades básicas, possibilitando aos moradores permanecerem em casa, seguindo as orientações das autoridades e se protegendo com apoio das instituições públicas. Porém, como foi exposto aqui, isto não ocorreu e o bairro apresenta, em 23 de julho de 2020, 120³⁸ moradores com COVID-19. Ou seja, 100 pessoas a mais do que a capacidade em UTI no Hospital da Restinga suporta.

5. SITUAÇÃO NOS TERRITÓRIOS E COMUNIDADES

5.1 Comunidade Vida Nova, bairro Restinga, Porto Alegre

Maurício Polidoro

A ocupação denominada de comunidade Vida Nova está localizada no extremo sul de Porto Alegre, no bairro Restinga. Inserida no contexto histórico de segregação social e racial promovido a partir da década de 1960 na cidade de Porto Alegre³⁹, o bairro é marcado pelas inequidades acumuladas ao longo do processo de exclusão territorial: é um dos dez piores bairros no tocante a assistência pré-natal; é dez vezes maior o percentual de crianças com baixo peso ao nascer em relação ao bairro mais rico da capital; está entre os dez bairros com as maiores taxas de analfabetismo entre mulheres e é o quarto bairro com os maiores valores de homicídio de homens jovens (Polidoro e Canavese, 2018).

Segundo o Plano Diretor do Município de Porto Alegre, a área ocupada pela comunidade Vida Nova é destinada ao uso industrial e, desde janeiro de 2017, o processo de mudança da destinação do uso do solo de industrial para residencial está em trâmite da Câmara de Vereadores de Porto Alegre⁴⁰. Desde o final de 2018 as lideranças da comunidade e outras centenas de ocupações existentes em Porto Alegre têm feito tratativas de regularização junto à Procuradoria-Geral do Município, à Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, o Ministério Público Estadual e à Justiça Estadual na busca de soluções conjuntas ao impasse, porém, as audiências marcadas no período da pandemia

³⁸ <https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=1qiPpoBPWcEeiEAAVWRxr68oPetUngmV3&shorturl=1&ll=-30.156712911986496%2C-51.11800115844721&z=13>

³⁹ Sobre a história de segregação social e racial ver Gamalho (2010).

⁴⁰ Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Economia Finanças, Orçamento e do MERCOSUL, Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação, Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana, Comissão de Saúde e Meio Ambiente, protocolo 2240/2240, PLL 249/2017.

foram canceladas e, com isso, as negociações associadas que estavam em andamento relacionadas a ligação à rede geral de água e energia elétrica foram suspensas.

Neste contexto, desde 2015 o Instituto Federal do Rio Grande do Sul - Campus Restinga (IFRS-Restinga), localizado na área limítrofe a ocupação Vida Nova vem desenvolvendo atividades junto com as instituições parceiras (Universidade Federal do Rio Grande do Sul e PUC-RS) em temas relacionados ao direito à cidade e à saúde. Em 2019, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre sinalizou, em audiência conjunta com as demais instituições mencionadas anteriormente, além de representantes do Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB), o interesse em vender a área para a Cooperativa.

Dado o panorama do avanço neoliberal conservador nacional e local, e o eminente risco de desapropriação pela força policial, a comunidade aceitou a compra do terreno que foi orçado, em audiência de agosto de 2019, em quase 3,5 milhões de reais⁴¹. A exigência da realização de estudo dos aspectos físico-territoriais da comunidade, incluindo o levantamento topográfico, a elaboração de memorial descritivo do perímetro, o projeto de arruamento e parcelamento do solo, além de cadastro das famílias foi imposto para o andamento do processo. O apoio do IFRS tornou-se essencial para vencer o litígio e, em parceria com UFRGS e PUC-RS iniciou-se a produção de um laudo técnico situacional (Polidoro et. al., 2019) no intuito de gerar subsídios técnicos no processo de negociação fundiária, um dos primeiros passos na busca da regularização.

Com a eclosão da pandemia do novo coronavírus, a suspensão das atividades presenciais das instituições e a postergação do processo judicial, uma série de consequências foram implicadas para a comunidade. Composta majoritariamente por mulheres chefes das residências, a nossa pesquisa sinalizou a presença de graves inequidades em saúde na população que tendem a ser agravadas com os efeitos da pandemia de COVID-19.

O desmantelamento do programa de Saúde da Família em andamento desde o início da gestão municipal em 2017 de Nelson Marchezan Junior (PSDB) atingiu seu ápice com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em agosto de 2019 ao considerar inconstitucional a existência do Instituto Municipal da Estratégia de Saúde da Família de Porto Alegre (IMESF), responsável pela gestão da saúde em parte considerável dos territórios vulneráveis da capital. Os agentes comunitários de saúde, que já eram poucos foram demitidos junto com enfermeiras, médicos e outros auxiliares, e a promessa de melhoria nos serviços de saúde, anunciadas na gestão municipal e federal anteriores, com a inauguração de um Hospital Geral próximo ao campus do IFRS, controlado pelo grupo

⁴¹ Este valor foi contestado por Polidoro et. al. (2019) e Rohmann e Morador (2020) que afirmaram que o valor do terreno seria de R\$ 1.299.164,88 (cerca de um milhão e trezentos mil reais).

privado Moinhos de Vento e uma Clínica da Família desapareceram no ar com a aceleração da precarização dos serviços públicos.

Assim, a comunidade Vida Nova, já vulnerabilizada pelas condições ambientais de ocupação (parte do terreno está localizado em uma área alagável) e pela situação socioeconômica tem enfrentado as consequências das políticas neoliberais, descortinadas sobremaneira durante a pandemia do novo coronavírus.



Figura 13 - Comunidade Vida Nova, bairro Restinga, Porto Alegre, 2019
Fonte: Polidoro et. al. (2019)

Em relação as características da população da comunidade Vida Nova, do total de 149 entrevistados em 2019, 53,7% (n=80) eram do sexo feminino e 46,3% (n=69) do sexo masculino. No tocante a raça/cor, 44,3% (n=66) se autodeclararam brancos, 24,8% (n=37) pardos e 27,5% (n=41) pretos. A comunidade é composta majoritariamente por jovens de 30 a 59 anos com 66,7% (n=100), na faixa etária de 18 a 29 anos 26,7% (n=39) e 60 anos ou mais somaram 6,7% (n=10). No tocante a escolaridade, 44,3% (n=66) possuíam o ensino fundamental incompleto; 20,8% (n=31) com fundamental completo; 14,8% (n=22) com ensino médio completo; 16,1% (n=24) com o ensino médio incompleto e 40,9% (n=61) afirmaram estar desempregados(as) na época da pesquisa, conforme os dados apresentados em Polidoro et. al. (2019). Um terço da população pesquisada afirmou já ter vivido em situação de rua.

No tocante as condições de saúde, 11,4% (n=17) possuíam problemas cardíacos, 9,4% (n=14) diabetes, 20,8% (n=31) tinham algum tipo de doença respiratória; 19,5% (n=29) apresentavam problemas de saúde mental e realizavam acompanhamento psiquiátrico e 3,3% (n=5) tinham tuberculose. Este cenário indica que desvelar os determinantes sociais de saúde (Buss e Filho, 2007) é essencial para mensurar os possíveis impactos da

pandemia em comunidades vulneráveis, sobretudo devido ao irregular acesso ao sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário, essenciais para atender as orientações das autoridades de saúde pública de higienização frequente.

A falta de água e o acúmulo de resíduos sólidos e esgoto são fatos recorrentes para os residentes da Vida Nova que, ao longo da realização do inquérito, relataram que durante o verão a ausência de água era frequente e chegava, em algumas localidades, em escassez por período superior a 15 dias. As condições ambientais precárias e o acesso irregular à rede geral configuram uma comunidade que resguarda as desigualdades mesmo no seu interior: as residências localizadas na parte mais alta do terreno (porção leste, na figura 14) tem a interrupção de fornecimento de água de forma menos frequente, enquanto aqueles residentes na parte mais baixa (noroeste) sofriam inclusive com a falta de sanitários. A forma de escoadouro sanitário predominante é a fossa rudimentar em 47% (n=70) e a fossa séptica com 34,9% (n=52). A vala, para residências próximas do curso de água, correspondeu a 16,1% (n=24) das unidades visitadas, representando um impacto ambiental considerável. Em 6 unidades domiciliares visitadas não existia qualquer sanitário.

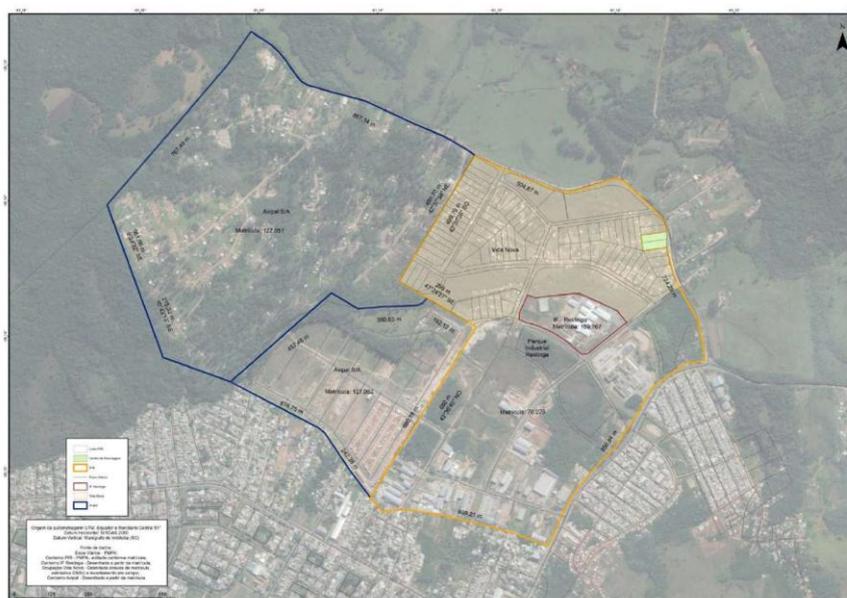


Figura 14 - Divisão das matrículas da comunidade Vida Nova e entorno, 2019.

Fonte: Polidoro et. al., 2019; Rohmann e Morador, 2020.

Para 41,6% (n=62) a interrupção da energia elétrica ocorria pelo menos duas vezes na semana e 30,9% (n=46) relataram que isso ocorria diariamente. Um homem de meia idade, durante a nossa incursão, relatou que dias antes havia perdido uma geladeira devido a irregularidade da voltagem elétrica. Em 2019, a residência de uma moradora foi completamente destruída devido a um curto circuito. No tocante ao abastecimento de água,

34,2% (n=51) afirmaram que a interrupção ocorre no mínimo duas vezes por semana e 17,4% (n=26) que isso ocorria diariamente.

Além do convívio com a precariedade, os residentes ainda precisam enfrentar o preconceito e a discriminação. Um levantamento realizado pelo Observatório da Comunidade do IFRS⁴² revelou que o bairro Restinga sofre historicamente com notícias negativas nos veículos de comunicação locais, onde os temas recorrentemente permeiam episódios de violência brutal, tráfico de drogas e, em trégua no mês de fevereiro, o carnaval é mencionado já que o bairro possui, historicamente, uma tradição no desfile das escolas de samba de Porto Alegre⁴³. Os residentes da comunidade Vida Nova informaram que a busca pela oportunidade de trabalho é usualmente frustrada quando é necessário revelar o seu local de moradia e 66,4% (n=99) disseram que tiveram problemas de acesso a serviços devido a falta de um comprovante de residência, contornando a completa violação de direitos.

Este cenário relatado revela que a exclusão territorial e a violência persistem na formação da metrópole de Porto Alegre. O acirramento das políticas neoliberais e o enfraquecimento do orçamento participativo⁴⁴ empreitado por sucessivas gestões municipais e maximizado no final da década de 2010 impactam de maneira expressiva comunidades historicamente excluídas das benesses da cidade. Ainda que as condições ambientais de urbanização na Restinga sejam precárias, ou seja, não se constituem de interesse central do capital financeiro e imobiliário, a perpetuação do preconceito contra movimentos populares de luta pela moradia resiste e perpetua as inequidades que aceleram em velocidade constante as necropolíticas, exaltadas nesta pandemia sem precedentes na história⁴⁵.

⁴² Disponível em: <<https://observatorio.restinga.ifrs.edu.br/>>

⁴³ Em 2019 o carnaval de Porto Alegre sofreu várias modificações e os esforços do governo municipal e do empresariado se concentrou nos “blocos de rua” na área central em detrimento do desfile tradicional, cancelado naquele ano pela primeira vez em mais de 50 anos.

⁴⁴ Suspensão das assembleias coloca em xeque Orçamento Participativo de Porto Alegre. Zero Hora. 2017. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2017/04/suspensao-das-assembleias-coloca-em-xeque-orcamento-participativo-de-porto-alegre-9762659.html>>

⁴⁵ REFERÊNCIAS:

BUSS, P. M.; FILHO, A. P. A Saúde e seus determinantes sociais. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*. Volume 17, n.1, p. 77-93. 2007.

GAMALHO, N. P. Malocas e Periferia: a produção do Bairro Restinga. *Ateliê geográfico (UFG)*, v. 4, p. 122, 2010.

POLIDORO, M.; CANAVESE, D. Porto Alegre’s sociopolitical urbanism and neoliberal economic dynamics: Perspectives from a local community in the Afro-Brazilian periphery. *Local Economy*, v. 32, p. 727, 2017.

POLIDORO, M.; NIEVINSKI, F. G.; CANAVESE, D. Laudo técnico situacional da comunidade Vida Nova, Restinga, Porto Alegre. ISBN: 978-85-9489-222-5. 51p. 2019.

ROHMANN, J. K.; MORADOR, L. Q. Agrimensura legal da Ocupação Vida Nova (bairro Restinga, Porto Alegre - RS) em apoio à regularização fundiária urbana”, Trabalho de Conclusão de Curso, Graduação em Engenharia Cartográfica, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (no prelo). 2020.

5.2 As comunidades do Quarto Distrito (Porto Alegre)⁴⁶

Cristiano Muller | CDES Direitos Humanos

Helena Damo | CDES Direitos Humanos

Jordana Cabral | CDES Direitos Humanos

Karla Moroso | CDES Direitos Humanos

O **Quarto Distrito** é o termo usado para denominar a área compreendida pelos bairros Navegantes, São Geraldo, Floresta, Farrapos e Humaitá. É conhecido por ter sido o berço do desenvolvimento industrial e urbano de Porto Alegre, o que foi possível, em parte, pela localização próxima aos rios Gravataí e Guaíba, assim como pela implantação da estrada de ferro que ligava às cidades da RMPA. Esta condição privilegiada serviu de atrativo para o êxodo rural, na busca de trabalho na indústria, na Rede Ferroviária ou no Porto. Com o advento das políticas públicas que estimularam o rodoviarismo, ocorreu o consequente declínio do sistema portuário e, por fim, o aniquilamento da rede ferroviária. A queda da competitividade da produção local face à majoração dos custos de frete acabou levando a produção industrial à derrocada.

⁴⁶ Relatório escrito com base na Missão de Denúncia sobre violações aos Direitos Humanos no Quarto Distrito, realizado pelo Conselho Estadual de Direitos Humanos - CEDH em outubro de 2019 a partir das denúncias feitas pelo Fórum do Quarto Distrito no CEDH. Fotos: Gilnei da Silva|Coletivo Cidade Mais Humana.

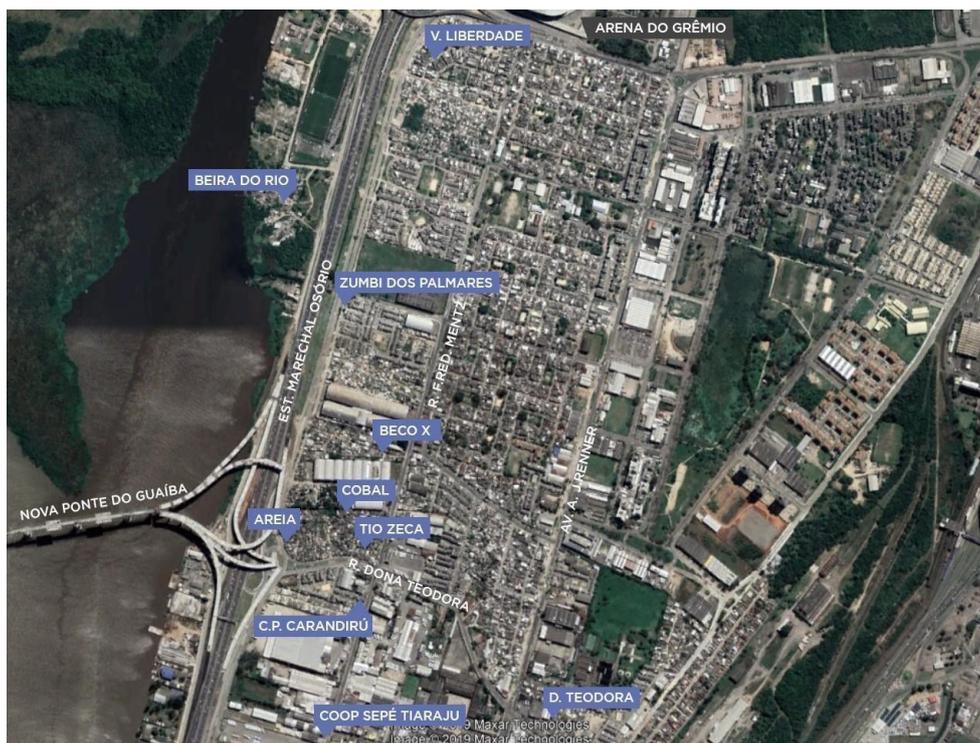


Figura 15: Localização das comunidades descritas

Fonte: CDES Direitos Humanos

Mas os trabalhadores ficaram: primeiramente sem trabalho e logo após sem teto. O que lhes restou foi a ocupação de terras e a construção de assentamentos autoproduzidos, que tiveram no manejo de resíduos recicláveis importante fonte de renda. A partir da década de 1970, contudo, iniciou-se um processo de esvaziamento e abandono da região. As atividades industriais não mais se concentravam ali, dentro da cidade, e sim na região metropolitana. Problemas relacionados à proximidade com o rio, como enchentes e questões hidrossanitárias, se tornavam mais recorrentes; a construção de grandes avenidas e do Trensurb, criando barreiras físicas entre a cidade e o rio, também se soma aos motivos para o esvaziamento tanto comercial quanto habitacional. Houve ainda uma maior rigidez no zoneamento e usos da região no Plano Diretor de 1959, reduzindo as possibilidades de espaços residenciais no território. Este conjunto de fatores ocasionou na região, uma alta taxa de espaços ociosos, edificações vazias e subutilizadas. Por consequência, inúmeras iniciativas visando a recuperação do território surgiram, mas o quadro de precariedade e desigualdade ainda é latente. O relato a seguir descreve a situação de XX comunidades localizadas no território do Quarto Distrito:

A situação das comunidades do Quarto Distrito

COMUNIDADE DA BEIRA DO RIO

A Comunidade da Beira do Rio conta com 40 famílias e localiza-se ao lado do Centro de Treinamento Grêmio. A área é ocupada pelas famílias por quase 30 anos. Os moradores organizam-se de forma coletiva, articulando-se em uma rede comunitária, na qual desenvolveram, por exemplo, espaços de convivência, uma horta comunitária, um açude com criatório de peixes, ambos de uso comunitário e, principalmente, um galpão de reciclagem, fonte de geração de renda para muitas das famílias da comunidade, na qual se articulam a partir de uma cooperativa de trabalho.



Figura 16: Comunidade da Beira do Rio. Fonte: CDES.

Portanto, saindo da Beira do Rio, além de perderem moradia, os moradores também perdem o trabalho. As famílias precisam desocupar suas casas até março de 2020 por conta da ação de reintegração de posse julgada procedente, os moradores afirmam não ter para onde ir, uma vez que não foram contemplados com medidas de indenização ou projetos habitacionais de reassentamento. A alternativa dada ao despejo seria a de organizarem uma cooperativa de moradia, na qual cada família pagaria o valor de cem reais mensais, quantia inviável aos moradores da comunidade, segundo os mesmos. A área em que a comunidade está assentada conta com um projeto de lei estadual PL 512/2019 proposto pelo governo do estado na perspectiva de doação da área ao Município que por sua vez repassará ao Grêmio em troca da área de treinamento existente em frente ao Barra Shopping Sul. A doação tem por finalidade viabilizar o Programa de Revitalização da Orla do Guaíba. O trecho da orla localizado entre a Usina do Gasômetro e o Complexo Beira-Rio está em execução, contudo, falta equacionar o trecho localizado entre o antigo Estaleiro (Ponta do Melo) e o Clube de Regatas Veleiros do Sul, o que poderá ser resolvido numa possível permuta com o Grêmio, que utiliza grande parte daquela área para campos de treino de

categorias infantis. No período da pandemia esta comunidade denunciou a falta de comida ocasiona pela escassez de resíduos e diminuição do trabalho nos galpões. O Fórum do Quarto Distrito tem apoiado as famílias com a doação de cestas básicas;

CASA DE PASSAGEM CARANDIRU



Figura 17: casa de Passagem (Carandirú). Fonte: CDES.

A casa de Passagem (“Carandirú”) pertence ao DEMHAB – Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre/RS. Foi cunhado esse nome de Carandiru porque a aparência do assentamento, com o alinhamento de casas com testadas diminutas, dispostas aos lados de um amplo corredor de passagem, lembram a disposição de celas numa penitenciária, o que rendeu à localidade o apelido de Carandiru, o que não se refere ao tipo de relações sociais ali desenvolvidas, mas à estética do local. Os moradores foram deslocados para essa Casa de Passagem no ano de 2004 e desde então, ou seja, há 15 anos aguardam reassentamento pelo DEMHAB. Esses moradores, em sua grande maioria, são oriundos das Vilas Tio Zeca e Areia, sendo que até o momento residem no local aproximadamente 80 famílias. Lamentavelmente, as moradias que seriam apenas de passagem, se tornaram permanentes e não conseguem mais suportar a ação do tempo estando em situação física precária. As moradias apresentam em alguns casos superlotação, ocorrência de incêndios por conta da fiação elétrica sobrecarregada e deficitária, esgoto correndo à céu aberto por detrás das casas, sem qualquer manutenção da Prefeitura Municipal, além da precária coleta de lixo e falta total de drenagem urbana, resultando em alagamentos das moradias e falta de condições físicas de alguns imóveis que tem fortes rachaduras. As famílias demandam inclusão no processo de reassentamento pelo DNIT por ocasião da obra da Ponte do Guaíba. Importante referir que a listagem dos moradores que seriam contemplados com obras do PIEC – Programa Integrado Entrada da Cidade – Vila Tio Zeca - conforme edição 2438 de 30 de dezembro de 2004 do Diário Oficial de Porto Alegre

coincidem com os moradores que estão agora residindo na Casa de Passagem, reforçando mais ainda o direito deles a estarem sendo contemplados com o projeto de reassentamento do DNIT. No período da pandemia esta comunidade denunciou a falta de comida ocasionada pela escassez de resíduos e diminuição do trabalho nos galpões e a precariedade nas redes de abastecimento. O Fórum do Quarto Distrito tem apoiado as famílias com a doação de cestas básicas.

VILAS ZECA E AREIA



Figura 18: Vila Tio Zeca e Areia. Fonte: CDES.

Os moradores da aguardam reassentamento desde o início das obras da Nova Ponte do Guaíba em 2014. Transcorridos cinco anos, suas casas encontram-se cada vez mais degradadas e precarizadas, sem os moradores empenharem reforma para consertá-las, uma vez que aguardam destinação (os valores da compra assistida ou o reassentamento) e não possuem recursos financeiros para investir em reformas numa casa da qual serão despejados. São aproximadamente 500 as famílias moradoras da Vila Tio Zeca e Areia. Segundo relatos locais existem mais de 200 famílias que ainda residem ali, das quais, muitas sem cadastro. A grande maioria opta pela compra assistida como alternativa. No local, que é gravado como Área Especial de Interesse Social - AEIS não estão previstos projetos de moradia, fala-se apenas na possibilidade de um projeto na Avenida Ernesto Neugebauer, passando o Núcleo dos Ferroviários. Contudo, a sinalização mais concreta em termos de recursos é para a Compra Assistida.

COOPERATIVA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E RECICLAGEM SEPÉ TIARAJU – CEAR



Figura 19: galpão de reciclagem e Cooperativa Sepé Tiaraju. Fonte: CDES.

O galpão de reciclagem e Cooperativa Sepé Tiaraju possui um convênio com o Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) desde 2013, um ano após a criação do Fórum dos Catadores de Porto Alegre (FCPOA). Feito um estudo com base no tamanho do galpão, era repassado R\$ 2,500 reais para as cooperativas. O dinheiro tinha como finalidade a manutenção do prédio, da água, luz e reformas gerais. Assim como o DMLU também faria o fornecimento de resíduos para esses galpões. Contudo, há mais ou menos um ano, a prefeitura apresentou um novo Contrato com Unidades de Triagem e Fundo de Inclusão Produtiva na Reciclagem. Segundo os catadores, o contrato possui exigências inadequadas e abusivas à realidade das cooperativas, e deveria ser construído com os personagens que fazem parte desse trabalho. Entre essas exigências, estavam: a instalação de câmeras de vigilância, as quais o galpão não teria o acesso às imagens, e a entrega de licença ambiental e de Plano de Prevenção Contra Incêndio (PPCI) em 60 dias. O galpão CEAR começou com 45 trabalhadores, hoje reduzidos à 20 devido a falta de recursos, tendo a remuneração dos mesmos caído pela metade durante este período. Neste período de pandemia, os trabalhadores do galpão e suas famílias têm denunciado a escassez de alimentos e a falta de equipamentos de proteção individual (EPIs) para o desenvolvimento do trabalho na reciclagem, no entanto o grupo tem se colocado como uma referência e um importante articulador do Fórum Quarto Distrito, na coleta e doações de alimentos para as famílias da região.

BECO X



Figura 20: Beco X. Fonte: CDES.

Os moradores do Beco X ocuparam a região há mais de 30 anos, com cerca de 280 famílias residentes no local atualmente. Localizado em área privada, buscam a regularização de suas moradias através de ação judicial de usucapião, para a qual afirmam possuir os requisitos necessários. A região é marcada pelo absoluto abandono do poder público. Sem iluminação pública adequada, distribuição adequada de água e prestação de serviços de saneamento básico, os moradores queixam-se que a Prefeitura não atende às suas reivindicações pelos serviços, cuja competência para resolver cabe ao poder municipal. Há situações que demandam ação urgente do poder público, como, por exemplo, o reparo da tampa de concreto do duto de esgoto cloacal que corre ao longo das casas e é utilizado como “passeio” público.

Além da estrutura precária da região, a comunidade é afetada pela ausência de prestação de serviços de saneamento básico, com a falta total de drenagem urbana, causando sérios alagamentos e inundações nas moradias, ainda a falta do serviço de coleta de esgotos, escorrendo à céu aberto causando perigo à vida e à saúde dos moradores, a falta do serviço de coleta de lixo, o que faz com que se aumente a proliferação de ratos, baratas, etc., causando sério comprometimento da saúde e da vida das pessoas e, além disso, de outros serviços públicos como de energia elétrica, causando graves riscos de incêndio e de danos às moradias e às pessoas e, por fim, a falta de serviço de abastecimento de água na comunidade. Tal estado de carência de serviços públicos confronta-se ainda com a ameaça de despejo que sofrem as famílias, que moram na área há mais de três décadas, decorrente de processo de reintegração de posse por parte dos proprietários privados.

OCUPAÇÃO COBAL E GALPÃO DE RECICLAGEM



Figura 21: Ocupação Cobal. Fonte: CDES.

A Ocupação Cobal, com 100 famílias, enfrenta ação de despejo por conta das obras da Ponte. Dentro desse contexto, a região encontra-se em absoluto abandono pelo poder público, que não presta os serviços básicos de competência municipal à região, sob a alegação de ser uma 'invasão'. Ainda o galpão de reciclagem demonstra carência de serviços públicos, com os trabalhadores que recorrem a este trabalho em decorrência dos índices de desemprego sob perigosas condições de trabalho, sem os equipamentos e instrumentos necessários para sua segurança e saúde em local inadequado para a execução do serviço. Na comunidade, assim como nas demais, as ruas encontram-se plenamente alagadas em dias de chuva, com certas passagens obstruídas, em decorrência da falta de serviços de drenagem urbana. Neste período de pandemia, os trabalhadores do galpão e suas famílias têm denunciado a escassez de alimentos e a falta de equipamentos EPIs para o desenvolvimento do trabalho na reciclagem, no entanto o grupo tem se colocado como uma referência e um importante articulador do Fórum Quarto Distrito, na coleta e doações de alimentos para as famílias da região.

OCUPAÇÃO ZUMBI DOS PALMARES E GALPÃO DE RECICLAGEM

Os moradores da Ocupação Zumbi dos Palmares chegaram na região há 5 anos, desenvolvendo moradias e comércios na região, além do galpão de reciclagem, importante fonte de renda para as famílias. Atualmente, são cerca de 300 famílias morando na Ocupação. A região sofre com ausência de serviços públicos prestados pela Prefeitura, marcada pela falta de drenagem urbana, com as ruas de chão batido completamente alagadas em dias de chuva, tornando a passagem por vezes completamente obstruída.



Figura 22: Ocupação Zumbi dos Palmares. Fonte: CDES.

A ausência de serviços de saneamento básico é generalizada na região, expondo-os à graves perigos à vida e à saúde em decorrência das doenças a que estão sujeitos. A precarização do serviço de energia elétrica expondo-os à incidentes de incêndio, ainda a falta de abastecimento de água e de coleta do lixo são alguns dos problemas visíveis na região e relatados pelas famílias. Nesse contexto de precarização e falta de garantias, ainda encontram-se ameaçados de despejo via ação de reintegração de posse.

VILA LIBERDADE E GALPÃO DE RECICLAGEM

A Vila Liberdade foi atingida em janeiro de 2013 por um incêndio que destruiu 90 casas e deixou 194 famílias sem moradia. Após o ocorrido, a Prefeitura garantiu que construiria 700 moradias na região, incluindo os moradores que não tiveram suas casas queimadas. Contudo, até então não houve construção ou projeto algum desenvolvidos pelo governo municipal. Os moradores passaram a receber o aluguel social de R\$500,00 reais ou foram destinados à casas de passagem, na mesma linha da Casa de Passagem construída em 2004 ou 2005 referida anteriormente, em que os moradores ainda aguardam destinação.



Figura 23: Vila Liberdade. Fonte: CDES.

Boa parte deles assentados provisoriamente na Vila Mario Quintana em “Casas Ecológicas”, com durabilidade máxima de cinco anos, e destas, algumas delas (6) destruídas por incêndio ocorrido há pouco. Assim, alguns moradores que deixaram de ser contemplados pelo aluguel social tiveram de retornar e reconstruir suas residências: atualmente são cerca de 200 famílias residentes na Vila Liberdade, das quais muitas não possuem cadastro, e portanto não está garantida para elas uma solução de moradia. O cadastro original do incêndio continha pouco mais de 430 famílias.

Os Projetos existentes no DEMHAB contemplam 720 famílias na área original, mais 80 na Frederico Mentz, 330, e, ainda assim, não possui alternativas para os residentes atuais não cadastrados. Dentro desse contexto, as famílias encontram-se atualmente à margem de qualquer prestação de serviço básico pela Prefeitura. É marcante a falta de serviços de saneamento básico, como a coleta de lixo e drenagem urbana, encontrando-se os moradores expostos a diversos riscos de saúde em decorrência da proliferação de ratos e baratas, em meio a alagamentos pela falta de drenagem e acúmulo de lixo pela falta de coleta. Há também a inadequação da prestação de serviços de iluminação pública e distribuição apropriada de água, garantias constitucionalmente previstas, cuja competência atribui-se ao Município.

VILA DONA TEODORA



Figura 24: Vila Dona Teodora. Fonte: CDES.

A Vila Dona Teodora é uma Área Especial de Interesse Social (AEIS), portanto, integra o Programa de Regularização Fundiária do Município. Chegou a receber investimentos do PIEC, em 2002, quando foram construídas 12 habitações na própria vila. O último investimento público na comunidade ocorreu em 2005, com a construção da Escola Municipal de Educação Infantil local. Atualmente existem cerca de 200 famílias residindo no local. O DEMHAB possui um Projeto de construção de 161 unidades habitacionais, mas até o momento nada foi feito. O cadastro tem 20 anos e o crescimento vegetativo das famílias e seus desdobramentos geram uma nova demanda. No interior do assentamento, as vielas apresentam os mesmos problemas das demais localidades visitadas: problemas de drenagem, esgotamento sanitário, iluminação pública e abastecimento de água. A precariedade das condições de habitação denota a total ausência das políticas públicas essenciais para conferir dignidade à moradia.

O Quarto Distrito é uma região da cidade em flagrante disputa e onde lamentavelmente já se sabe quem serão os ganhadores e quem serão os perdedores. Uma região da cidade que contempla inúmeros processos inovadores e empresariais que infelizmente não contemplam os seus moradores antigos que ao longo do tempo, construíram a região. Uma região da cidade que fica a cinco minutos do centro de Porto Alegre e próxima a todos os serviços, fica a dez minutos do aeroporto internacional Salgado Filho, próxima aos acessos para o interior de todo estado do RS e também conectada com todo o transporte destinado à região metropolitana, passa a ser, então cobiçada também pelo capital imobiliário que vê nessa região da cidade a sua mais nova expansão urbana. Então pergunta-se: qual é o lugar das populações pobres dessa região que por décadas viveram nesse local?

Pois levando em conta as propostas de revitalização da região - leia-se gentrificação com expulsão dos pobres e domínio do território para empreendimentos inovadores,

descolados, artísticos, além de habitacionais de alto padrão, indústrias de tecnologia, empreendimentos de saúde elitizados, todos com apelo politicamente correto calcados na mobilidade superficial e na ecologia de ínfimo impacto – é possível concluir que a região não está sendo pensada para essas populações que com muito esforço e dignidade vivem como podem em suas moradias, cuidam de seus filhos e geram renda catando e reciclando lixo. Situação que foi extremamente agravada neste contexto de pandemia, tanto pela escassez de alimentos e equipamentos de segurança e higiene, quanto pela total falta de condições de garantir a segurança sanitária e a inclusão nos sistemas de ensino, saúde, mobilidade ofertados pelo Estado neste contexto, agravando ainda mais as violações aos direitos humanos destas populações.

5.3 Campanha de Apoio a Diaristas: uma experiência do movimento social e o combate à Covid-19.

Nanashara D. Sanches - Coordenação nacional do Movimento de Mulheres Olga Benario
Coordenadora da Casa de Referência Mulheres Mirabal

A pandemia relacionada à Covid-19 deixou a nu toda a desigualdade social que existe no sistema capitalista. Em todas as regiões do globo, o novo Coronavírus deixa um rastro de óbitos, principalmente entre os mais pobres e vulneráveis.

A ciência ainda não encontrou o fator que explica os diferentes níveis de sintomas que ocorrem entre aqueles infectados. Sabe-se que os idosos, os hipertensos (entre outros) fazem parte do grupo de risco, mas se analisarmos socialmente as causas das mortes por Covid-19, percebemos que há uma relação intrínseca entre a doença e a renda de diferentes estratos da população. Tal diferença, coloca os mais pobres em um grupo que merece atenção em meio à pandemia.

Vivemos em uma época em que o neoliberalismo impõe a precarização geral da vida dos trabalhadores. Esta verdade, por si, já indica que, com a precarização destas condições, além das condições de moradia, alimentação e descanso, o ser humano torna-se mais suscetível a ter mais doenças diversas, morrer em função delas.

No Brasil, como em outros países do mundo, a pandemia começou a apresentar seus efeitos antes de causar mortes de uma forma direta. Tais efeitos foram diferentes para cada classe social. Com o início das medidas para frear a disseminação da Covid-19, (algo que ocorreu à partir da metade do mês de março, em Porto Alegre) homens e mulheres desempregados, que trabalham sem carteira assinada, de forma autônoma, ou seja, que “trabalham de dia para comer à noite”, ficaram sem renda, enfrentando diversas

dificuldades. Deles, crianças, idosos e adolescentes são dependentes. Tratamos aqui de pessoas que trabalham como diaristas, camelôs, costureiras.

Neste cenário, vimos surgirem diversas campanhas de solidariedade em todo país. Em Porto Alegre, o Movimento de Mulheres Olga Benario deu início, ainda em março, à campanha de Apoio a Diaristas. A ideia surgiu a partir das demandas de coordenadoras, acolhidas e abrigadas da Casa de Referência Mulheres Mirabal, organizada pelo Movimento citado.

A Casa de Referência Mulheres Mirabal é fruto de uma ocupação organizada por mulheres militantes, no centro da cidade de Porto Alegre. A ocupação nasceu em 2016, tendo como objetivo pressionar entes públicos para garantir as políticas públicas voltadas para o combate à violência contra as mulheres. Ainda em 2016, a ocupação abriu espaço para que diversas profissionais pudessem atuar de forma voluntária na Casa, atendendo mulheres vítimas de violência e seus filhos.

Em 2020, a ocupação já é uma Casa de Referência, atendendo mulheres da cidade, do estado, do país e até de outros países. Tornou-se referência por atender e abrigar mulheres e por seguir a luta contra a violência às mulheres. Neste sentido, a Casa se colocou como um entrave à precarização que surge a partir da Covid-19 a partir do contato de diversas mulheres que estavam enfrentando dificuldades financeiras.

Inicialmente, a Campanha consistia em captar doações de alimentos e produtos de higiene e limpeza e repassá-los para mulheres que buscavam o Movimento através da *internet* e também através da Casa de Referência Mulheres Mirabal. Na primeira semana de Campanha, foi possível entregar 8 kits com alimentos não perecíveis e alguns itens de higiene e limpeza. Em pouco tempo, centenas de mulheres passaram a procurar o Movimento, buscando doações.

Para dar conta de tal demanda, a Campanha passou a contar com a plataforma **Apoia.se**, buscando apoiadores que poderiam doar a partir de R\$5,00 para a compra de cestas básicas. E ainda, a Campanha passou a ter cunho nacional, garantindo doações a partir das outras casas de referência do Movimento de Mulheres Olga Benario, que são: Tina Martins, em Belo Horizonte – MG e Helenira Preta em Mauá – SP.

Paralelamente, foi criado um cadastro para ser preenchido pelas diaristas. Em duas semanas, só na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), o cadastro tinha mais de 500 mulheres cadastradas (544 especificamente). São mulheres que moram em Porto Alegre, Alvorada, Viamão, Gravataí e São Leopoldo e tem entre 2 e 9 dependentes. Com estes dados, podemos presumir que, no mínimo, 1000 pessoas foram impactadas com esta Campanha. O cadastro teve que ser encerrado ao atingir 500 mulheres, para que não se

tornasse difícil ou impossível doar ao menos uma cesta básica, por mês, para cada mulher cadastrada. Se o cadastro seguisse aberto, milhares de pessoas o preencheriam.

Nas entregas, que são feitas todos os sábados por uma equipe de 17 voluntários, percebemos que as doações fazem muita diferença na vida das pessoas. Contudo, na maioria dos bairros, seriam necessárias muito mais cestas básicas para dar o mínimo de condições para as pessoas ficarem em quarentena, algo que deveria ser garantido pelos poderes públicos, como forma de política de assistência, em meio a um período de calamidade pública.

Neste sentido, compreendemos que não faltam políticas públicas para enfrentar a pandemia. Elas existem. Só não são voltadas para quem de fato precisa.

No Brasil, a primeira remessa de apoio financeiro foi liberado para garantir o pagamento de juros da dívida pública aos bancos e a compra de ações de mega empresas que viram seus negócios em risco. Falamos aqui em uma quantia referente a uma grande porcentagem do Produto Interno Bruto do país. Não é pouco recurso.

Na outra ponta, estão as mulheres que foram demitidas, que não tem direitos trabalhistas garantidos, que se viram desamparadas, do dia para a noite. Porém, em pouco tempo, estas mulheres se viram necessárias, novamente, trabalhando nas casas de patroas para limpar, cozinhar, cuidar de crianças. Garantem seu sustento, mesmo que mal (e por vezes não) remunerado. Mais que isso, passam a sair da quarentena, mas não têm outra escolha.

A dificuldade ou impossibilidade de diaristas fazerem quarentena, a falta de direitos e amparo do governo, tudo isso demonstra que as relações de trabalho referentes ao trabalho doméstico têm raízes e desdobramentos herdados do período escravocrata nos países colonizados. É um trabalho que, além de ser desvalorizado, escancara a descartabilidade das pessoas que o exercem, olhar reproduzido por parte da população e pelo Estado, algo que têm gerado levantes populares em países que outrora foram colonizadores ou colonizados.

A criação da Campanha de Apoio a Diaristas surgiu de uma demanda concreta: a falta de renda, a fome de tudo. Contudo, buscou ultrapassar o caráter assistencialista que pode envolver a distribuição de cestas básicas. A rede que se criou a partir desta Campanha possibilitou que diversas denúncias fossem feitas em meio a comunidades impactadas pela pandemia. Nestes três meses de Campanha, foi possível conhecer muitas mulheres e a realidade de muitas comunidades da RMPA.

A partir deste contato inicial, queremos impulsionar atividades que promovam a coesão das comunidades, criando núcleos de solidariedade e apoio entre moradores.

Também conseguimos distribuir materiais relativos à conjuntura de nosso país, às escolhas políticas que estão sendo feitas contra os trabalhadores e aos serviços que podem ser acessados por mulheres em situação de violência. De forma geral, tem sido uma forma de atuar neste período tão conturbado e dramático, trazendo um pouco de alívio para famílias e militantes que lutam pela vida das mulheres e é algo que pretendemos seguir, sem previsão de parar.